

# SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MANHÃ

## FISCAL DE RENDAS (FR)

PROVA OBJETIVA P1 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!



## Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte fragmento descritivo:

“De onde eu estava não podia ver todo o quintal, mas dava para ver várias árvores: duas goiabeiras, três jabuticabeiras bastante altas, uma pequena palmeira encostada ao muro e um arbusto próximo que, sendo eu um homem da cidade, não era capaz de identificar”.

Sobre esse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) o observador, em sua tarefa descritiva, sofre limitações em função de seu posicionamento e de seu conhecimento;
- (B) os objetos descritos seguiram determinada ordem de aparecimento no texto, dos maiores para os menores;
- (C) a estratégia textual utilizada contempla a cena de longe para perto e do todo para as partes;
- (D) a finalidade da descrição é indicar a riqueza agrícola do local, já que há atenção especial por árvores frutíferas;
- (E) o tom utilizado na descrição é depreciativo, em função das árvores focalizadas e de sua pequena dimensão.

2

Leia com atenção o trecho abaixo, fragmento de uma crônica retirada do *Jornal do Comércio*, de 3 de junho de 2011:

“Desde que me distanciei do Brasil, tenho visto a inteligência dos meus compatriotas cair para níveis que às vezes ameaçam raiar o sub-humano”.

Sobre os componentes desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) a frase “Desde que me distanciei do Brasil” equivale à forma nominal “Desde que houve o meu distanciamento do Brasil”;
- (B) a forma verbal “tenho visto” marca uma ação passada anterior a outra ação passada;
- (C) o pronome possessivo “meus”, em relação a “compatriotas”, tem o valor de propriedade;
- (D) o pronome relativo “que” estabelece relação de coesão com o substantivo “níveis”;
- (E) no vocábulo “sub-humano”, o prefixo sub- tem valor pejorativo, equivalente a “pior do que”.

3

No sentido de reduzir a extensão física da frase, a substituição de uma palavra de longa extensão por outra menor, de mesmo significado, ocorre de forma NÃO adequada em:

- (A) A seleção brasileira não se preparou adequadamente para o jogo contra o Senegal e, por isso, perdeu / bem;
- (B) O Brasil exportou enorme quantidade de soja, consequentemente, melhorou sua balança de pagamentos / pois;
- (C) Em função do Natal, as vitrines das lojas estão repletas de produtos / cheias;
- (D) Nas grandes cidades, a falta de solidariedade é visível / apoio;
- (E) Há muito individualismo nas grandes metrópoles / centros.

4

Os adjetivos podem indicar qualidades positivas ou negativas, características, estados ou relações dos substantivos.

A frase abaixo em que o adjetivo destacado indica um estado, é:

- (A) A maneira mais fácil de mudar a história é tornar-se um historiador;
- (B) É indispensável ouvir testemunhas oculares dos acidentes;
- (C) Pessoas cansadas não movem moinhos;
- (D) A história se repete. Essa é das coisas erradas com ela;
- (E) História é mentira encadernada.

5

Observe a seguinte frase de um jornalista colombiano:

“Um a um somos todos mortais. Juntos, somos eternos”.

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) a locução “um a um” equivale ao advérbio “unicamente”;
- (B) o pronome indefinido “todos” é semanticamente indispensável na frase;
- (C) entre os dois períodos que compõem a frase, poderia estar adequadamente a conjunção concessiva “embora”;
- (D) o adjetivo “mortais” funciona como antônimo de “eternos”;
- (E) o emprego da vírgula no segundo período se deve à elipse do pronome indefinido “todos”.

6

Observe a seguinte frase:

“A humanidade é a imortalidade dos mortais”.

A correspondência semântica entre os termos sublinhados se repete adequadamente em:

- (A) ingenuidade / ingênuos;
- (B) cordialidade / cordiais;
- (C) intranquilidade / tranquilos;
- (D) severidade / severos;
- (E) amoralidade / imorais.

7

Observe a seguinte frase, de autor anônimo:

“A inteligência é o farol que nos guia, mas é a vontade que nos faz caminhar”.

Sobre os componentes estruturais dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) as duas ocorrências do pronome pessoal oblíquo “nos” exercem a mesma função sintática;
- (B) os dois segmentos da frase estão ligados pela conjunção adversativa “mas”, que opõe, nos dois segmentos, respectivamente, as formas verbais “nos guia” e “nos faz caminhar”;
- (C) ao dizer que a inteligência é o “farol”, o autor utiliza uma metáfora, indicando um valor negativo da inteligência, já que nos encontramos perdidos como as embarcações no meio do oceano;
- (D) nos dois segmentos, a expressão “é que” tem valor expletivo, servindo como elemento de realce;
- (E) os dois segmentos da frase podem trocar de posição sem modificação do sentido original: “A vontade é que nos faz caminhar, mas a inteligência é o farol que nos guia”.

**8**

O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente.

A frase abaixo em que a adjetivação é realizada por meio de um substantivo, é:

- (A) Toda sociedade é um organismo podre;
- (B) O menino recebeu muitos presentes aniversários;
- (C) O que não serve para o exame não serve para a abelha;
- (D) O que é difícil é ser puro como o arroio e grande como o rio;
- (E) Ambiente limpo é o que menos se suja.

**9**

Todas as frases abaixo mostram um advérbio com o sufixo -mente; a frase em que esse advérbio é de uma classificação diferente das demais, é:

- (A) A mediocridade não conhece nada melhor do que ela mesma, mas o talento reconhece instantaneamente o gênio;
- (B) O conceito de gênio como semelhante à loucura tem sido cuidadosamente alimentado pelo complexo de inferioridade do público;
- (C) Quando a cobra está dentro de casa, não é preciso discutir profundamente a questão;
- (D) Se você quer pensar independentemente, você deve me imitar;
- (E) Temos que sempre pensar originalmente.

**10**

Observe a frase de Thomas Edison: “Talento é 1% inspiração e 99% transpiração”.

A frase mostra a opinião de que o talento:

- (A) aplica-se sobretudo à poesia;
- (B) transparece em todas as ações;
- (C) depende sobretudo do trabalho;
- (D) está inserido na natureza humana;
- (E) aparece em todas as nossas ações.

**11**

A frase em que a palavra sublinhada mostra emprego indevido em função de um parônimo, é:

- (A) Virtudes não são acidentes da natureza. Virtudes são algo que se constrói (acidente / incidente);
- (B) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmo irá mais longe do que uma grande ideia que não expira entusiasmo algum (expirar / inspirar);
- (C) Coloque uma pitada de ousadia em tudo o que você fizer (pitada / pontada);
- (D) Para se chegar na fonte é preciso nadar contra a corrente (fonte / frente);
- (E) Ninguém jamais se afogou em seu próprio suor (afogar / afagar).

**12**

“A beneficência é sempre feliz e oportuna quando a prudência a dirige e recomenda.”

Sobre a estruturação dessa frase do Marquês de Maricá, é correto afirmar que:

- (A) as duas ocorrências da conjunção E mostram, respectivamente, valor aditivo e adversativo;
- (B) os adjetivos “feliz” e “oportuna” têm valor de estado, referindo-se a “beneficência”;
- (C) o pronome oblíquo “a”, em “a dirige e recomenda”, funciona como objeto direto desses dois verbos;
- (D) o pronome oblíquo “a” em “a dirige” se refere a “prudência”;
- (E) o substantivo “beneficência” está grafado erradamente, sendo correta a forma “beneficênciã”.

**13**

A frase abaixo em que o termo sublinhado indica simultaneidade temporal, é:

- (A) Enquanto houver vida, há esperança;
- (B) Assim que chegou a banda, a música começou;
- (C) Após a pandemia, alguns hábitos de higiene mudaram;
- (D) As encomendas para a festa chegaram em seguida;
- (E) Iniciada a confusão, a polícia chegou de imediato.

**14**

A frase abaixo em que as duas palavras sublinhadas mostram acento gráfico devido à mesma regra, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos;
- (B) A adolescência é o período da vida em que os jovens se recusam a acreditar que um dia virão a ser tão tolos quanto os pais;
- (C) A melhor maneira de formar crianças boas é fazê-las felizes;
- (D) Insanidade é hereditária. Você pode pegá-la de suas crianças;
- (E) A metafísica é a tentativa de provar o inacreditável apelando para o incompreensível.

**15**

Observe o texto a seguir.

“Contrariamente ao que ocorria outrora, a excelência hoje não se afirma pela duração; a preeminência sobre grande número de competidores e concorrentes se afirma rapidamente e tem pouca duração.”

Para evitar a repetição da palavra sublinhada, o autor do texto apelou para a seguinte estratégia:

- (A) substituição por um sinônimo;
- (B) substituição por uma perífrase;
- (C) elipse do termo;
- (D) substituição por um pronome;
- (E) ampliação do termo inicial.

16

A guerra nunca deve ser vista como uma solução num problema entre dois países, mas como um fracasso de negociações, porque ela traz prejuízos imensos, mesmo para o vencedor. As consequências tocam em muitos e diversos espaços: não somente há mortes de civis e militares, mas também profundas alterações na situação econômica, política e sanitária de um país por décadas.

Trata-se de um texto argumentativo contrário a guerras. O principal argumento do autor é:

- (A) sua própria experiência em guerras passadas;
- (B) a evidência dos prejuízos causados pela guerra;
- (C) a situação atual de países já envolvidos em guerras;
- (D) a ausência total de fundamentos éticos para o conflito;
- (E) a preferência vantajosa por soluções negociadas.

17

Sobre o tema da desigualdade entre homens e mulheres no espaço do trabalho, um argumentador, que defendia a necessidade de igualdade, apresentou o seguinte argumento: As mulheres devem ser pagas com os mesmos salários dos homens, afinal somos todos iguais.

O argumento utilizado nesse trecho se apoia:

- (A) numa relação lógica de causa e consequência;
- (B) no grande número de pessoas que apoiam a mesma ideia;
- (C) no valor ético em que se fundamenta;
- (D) na autoridade do argumentador no assunto tratado;
- (E) em fatos presentes no momento histórico.

18

Em todas as alternativas abaixo há duas palavras com o sufixo -eiro.

Esse sufixo mostra o mesmo valor semântico nas duas palavras em:

- (A) brasileiro – fuzileiro;
- (B) engenheiro – caseiro;
- (C) saleiro – cinzeiro;
- (D) marinheiro – certoiro;
- (E) chaveiro – cozinheiro.

19

A frase abaixo que mostra a forma sublinhada corretamente empregada, é:

- (A) Os que entravam caminhavam em pontas de pés, sentando-se cautelosamente. Três marinheiros apareceram ao alto da escada, olharam, e já se dirigiam para as primeiras filas, quando o mulato falou: “Não, lá pra baixo, patrícios. Aqui é das senhoras”;
- (B) Ambos traziam o beijo debaixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador;
- (C) A casa dele destacava-se das outras; era no andar debaixo, e cá de fora via-se-lhe o papel vermelho da sala, a mobília muito brunida, jarras de flores sobre a cômoda...;
- (D) De baixo de uma aparente desordem e confusão, tudo é ordem e harmonia, na terra entre os viventes, como nos céus entre as estrelas;
- (E) Faça-te toda a justiça, redarguii ele; acuso-me eu mesmo de estar a baixo do papel de redentor.

20

Todas as frases abaixo – retiradas do romance *Ressurreição*, de Machado de Assis – mostram vocábulos sublinhados ligados ao verbo “acostumar”; a frase abaixo, porém, em que deveria ser empregado um vocábulo ligado ao verbo “costumar”, é:

- (A) “Eu estava acostumada a admirá-lo de longe. Conhecia-o pouco, mas meu irmão falava-me muita vez a seu respeito nas cartas que me escrevia para Minas, e Raquel fazia coro com ele.”
- (B) “Seu irmão tem certo entusiasmo por mim, disse Félix; é natural que exagere os meus méritos. Quanto à filha do coronel, é uma criança, que se acostumou a ver-me com olhos de irmã mais moça.”
- (C) “A mulher dele, amigo leitor, era uma moça relativamente feliz. Estava mais que resignada, estava acostumada à indiferença do marido.”
- (D) “Lívia tratou-o com a acostumada afabilidade, talvez com afabilidade maior. Como a confiança de Félix não se havia alterado, Lívia usava assim uma dissimulação honesta, por simples motivo de piedade e gratidão.”
- (E) “O tom decidido do rapaz abalou o escravo, cujo espírito, acostumado à obediência, não sabia quase distingui-la do dever.”

## Matemática, Raciocínio Lógico-Matemático, Estatística e Matemática Financeira

21

Uma partícula está situada na origem de uma reta vertical e se move aos saltos ao longo dessa reta, segundo a seguinte regra probabilística: se ela está a uma distância  $d$  da origem, ela tem probabilidade igual a  $1/(d+1)$  de saltar uma unidade para cima, e tem probabilidade igual a  $d/(d+1)$  de saltar uma unidade para baixo. Seja  $X_3$  a posição da partícula após três saltos e seja  $E(X_3)$  a sua média.

O valor de  $E(X_3)$  é igual a:

- (A) 2;
- (B) 1;
- (C)  $2/3$ ;
- (D)  $5/4$ ;
- (E)  $4/3$ .

22

Sônia atrasou por 50 dias o pagamento de uma conta no valor de R\$ 1.000,00. Ela verificou que pagaria 0,2% de juros diários de multa, mas não sabia se os juros eram compostos ou simples.

Usando a aproximação  $(1+x)^n \cong 1+nx+n(n-1)x^2/2$ , ela concluiu que a diferença entre juros compostos e juros simples corresponderia a um valor situado entre:

- (A) R\$ 3,00 e R\$ 3,50;
- (B) R\$ 3,50 e R\$ 4,00;
- (C) R\$ 4,00 e R\$ 4,50;
- (D) R\$ 4,50 e R\$ 5,00;
- (E) R\$ 5,00 e R\$ 5,50.

**23**

Seja  $C$  uma circunferência, seja  $q$  um quadrado inscrito em  $C$  e seja  $Q$  um quadrado circunscrito a  $C$ .

A razão entre a área de  $Q$  e a área de  $q$  é igual a:

- (A) 4;
- (B)  $4/3$ ;
- (C) 3;
- (D)  $5/4$ ;
- (E) 2.

**24**

Uma duplicata tem valor de face de R\$ 1.210,00 e pode ser descontada com dois meses de antecedência por R\$ 1.000,00.

Considerando-se um desconto racional, os juros compostos mensais que estão sendo praticados são iguais a:

- (A) 10%;
- (B) 10,5%;
- (C) 11%;
- (D) 11,5%;
- (E) 12%.

**25**

Um grupo de 50 pessoas praticam ao menos um dos seguintes esportes: futebol, vôlei, surfe. Há 12 pessoas que só são surfistas, 2 que só jogam futebol e 10 que só jogam vôlei. Além disso, 9 se dedicam ao futebol e ao surfe, 12 se dedicam ao futebol e ao vôlei e 11 praticam o vôlei e o surfe.

O total dos que fazem os três esportes é igual a:

- (A) 6;
- (B) 5;
- (C) 4;
- (D) 3;
- (E) 2.

**26**

A duas rodadas do término do campeonato de basquete, o Detrês lidera a competição e precisa de uma vitória ou dois empates para se sagrar campeão. Ele joga uma partida fora de casa e outra em casa. O Detrês ganhou 15 dos 30 jogos anteriores fora de casa, tendo perdido 10 e empatado 5 partidas. Já em casa, ele ganhou 20, perdeu 6 e empatou 4 das últimas 30 partidas.

Com base nessas estatísticas, a probabilidade do Detrês ganhar o campeonato situa-se entre:

- (A) 90% e 95%;
- (B) 85% e 90%;
- (C) 80% e 85%;
- (D) 75% e 80%;
- (E) 70% e 75%.

**27**

Seja  $X_1$  uma variável aleatória com distribuição normal de probabilidade, de média 2 e desvio-padrão 4. Seja  $X_2$  uma variável aleatória com distribuição normal de probabilidade de média 1 e desvio-padrão igual a 2.

É correto afirmar que:

- (A)  $P\{X_1 < 3,6\} = P\{X_2 < 1,8\}$ ;
- (B)  $P\{X_1 < 3,6\} = 1 - P\{X_2 < 1,8\}$ ;
- (C)  $P\{X_1 < 1,8\} = P\{X_2 < 3,6\}$ ;
- (D)  $P\{X_1 < 1,8\} = 1 - P\{X_2 < 3,6\}$ ;
- (E)  $P\{X_1 < -1,8\} = P\{X_2 < -3,6\}$ .

**28**

Em uma turma de estudantes de música, verificaram-se as seguintes características:

- Todo aluno de flauta tem mais de 18 anos.
- Quem estuda violão tem menos de 18 anos
- Os alunos de piano também estudam percussão.
- Há alunos que estudam percussão e violão.
- Nenhum aluno de percussão tem mais de 18 anos.
- Nenhum aluno de percussão estuda violão.

É correto afirmar que:

- (A) há alunos de piano com mais de 18 anos;
- (B) há alunos que estudam flauta e violão;
- (C) na classe de piano ninguém estuda flauta;
- (D) na classe de percussão todos aprendem flauta;
- (E) na classe de piano todos aprendem violão.

**29**

Seja  $B$  o conjunto dos números racionais da forma  $q=m/n$ , onde  $m$  e  $n$  são inteiros positivos com  $n < 15$ , e tais que  $0 < q \leq 10$ .

O número de elementos do conjunto  $B$  é igual a:

- (A) 500;
- (B) 510;
- (C) 520;
- (D) 530;
- (E) 540.

**30**

Um conjunto  $A$  é constituído por uma sequência ordenada de números inteiros consecutivos. O conjunto tem um número par de elementos. A soma da metade dos menores números de  $A$  vale 35 e a soma da metade dos maiores números de  $A$  vale 60.

O número de elementos de  $A$  é igual a:

- (A) 10;
- (B) 12;
- (C) 14;
- (D) 16;
- (E) 18.

## Economia e Finanças Públicas

31

Relacione cada estrutura de mercado com suas respectivas características.

1. Perfeitamente competitivo
2. Oligopolista
3. Monopolista
4. Concorrência monopolística

- ( ) Mercado atomizado, produtos homogêneos e livre entrada e saída de empresas no mercado.
- ( ) Não há produtos substitutos próximos, existência de barreiras à entrada de empresas concorrentes e oferta da empresa é igual à oferta de mercado.
- ( ) Muitas empresas produtoras, livre entrada e saída de empresas no mercado e produtos diferenciados, mas com substitutos próximos.
- ( ) Existência de empresas dominantes que fixam o preço, existência de barreiras à entrada de novas empresas e produtos que podem ser homogêneos ou diferenciados.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 2, 3 e 4;  
 (B) 1, 3, 4 e 2;  
 (C) 2, 1, 3 e 4;  
 (D) 4, 3, 1 e 2;  
 (E) 4, 3, 2 e 1.

32

Existem duas formas de se medir o produto de uma economia: pelas óticas do dispêndio e da renda. A partir do uso de uma dessas óticas ou de ambas, é correto afirmar que:

- (A) a demanda final iguala a soma de lucros, juros e aluguéis;  
 (B) o valor agregado do produto iguala a soma do consumo e do investimento;  
 (C) a igualdade entre produto e dispêndio vem do conceito de produto, que engloba todos os destinos possíveis do produto;  
 (D) o produto iguala a renda que iguala o dispêndio dos salários;  
 (E) o conceito de renda se refere à remuneração dos fatores de produção.

33

De acordo com o modelo keynesiano, a função consumo deve apresentar as seguintes propriedades, com exceção de:

- (A) o consumo ser diretamente proporcional à renda;  
 (B) a propensão marginal a consumir variar entre 0 e 1;  
 (C) a propensão média a consumir ser decrescente em relação à renda;  
 (D) a taxa de juros e o estoque de riqueza afetarem o consumo;  
 (E) o consumo ser uma função estável da renda.

34

Em relação à Teoria da Inflação Inercial, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) Inflação tende a decorrer das práticas contratuais que repunham a inflação passada a cada data-base.
- ( ) Tentativa dos agentes econômicos de repor sua remuneração de pico, como uma atitude defensiva.
- ( ) Existência de contratos com cláusulas de indexação, com sincronia dos picos no tempo, de forma a manter o poder de compra dos trabalhadores.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;  
 (B) V, V, F;  
 (C) V, F, F;  
 (D) F, V, V;  
 (E) F, F, F.

35

Considere o Modelo IS-LM-BP e uma economia com mobilidade perfeita de capital e câmbio fixo.

A estática comparativa correta é:

- (A) o BC, ao expandir a base monetária, eleva a taxa de juros e gera uma saída de capital, elevando a renda final de equilíbrio;
- (B) a expansão monetária desloca a curva LM para a direita, e o déficit comercial desloca as curvas IS e BP para a direita, elevando a renda;
- (C) o governo expande os gastos públicos, com juros subindo acima dos juros externos, gerando entrada de capitais, expandindo o estoque monetário e, assim, elevando mais ainda a renda de equilíbrio;
- (D) a expansão fiscal eleva a renda, gerando déficit do governo, incorrendo em depreciação cambial temporária, elevando ainda mais o déficit público e a renda de equilíbrio;
- (E) o aumento das tarifas de importação gera superávit da balança de pagamentos, mas as curvas BP e IS retornam ao ponto de equilíbrio original.

36

Considerando o modelo de Solow, um aumento na taxa de poupança:

- (A) leva a um estoque de capital por trabalhador mais alto em estado estacionário;
- (B) leva a um aumento imediato da renda *per capita* no estado estacionário;
- (C) faz com que o investimento fique temporariamente abaixo da depreciação;
- (D) eleva o crescimento da renda *per capita* que cai com o tempo porque a produtividade marginal do capital é crescente;
- (E) gera aumento permanente na taxa de crescimento do produto *per capita*.

**37**

A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) requer a disponibilidade de informações confiáveis e uma equipe técnica bem qualificada, em decorrência da complexidade de alguns conceitos e conteúdos envolvidos no instrumento.

Como a LDO é um dos instrumentos de transparência fiscal, o seu conteúdo deve contemplar:

- (A) atualizações quadrimestrais, junto à publicação do relatório de gestão fiscal;
- (B) condições para transferências de recursos do orçamento a entidades públicas e privadas;
- (C) critérios para aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento;
- (D) indicação da fonte de recursos para cobertura de alterações na proposta orçamentária do exercício seguinte;
- (E) limites para aplicação de recursos da reserva de contingência em despesas correntes e de capital.

**38**

Um Município recebeu recursos decorrentes de uma emenda parlamentar apresentada ao orçamento federal por um deputado eleito com apoio daquela unidade da federação.

Os recursos da emenda foram alocados por meio de transferência especial e, nesse caso, o Município:

- (A) deve aplicar os recursos recebidos em área de competência do ente transferidor;
- (B) deve aplicar os recursos recebidos em investimentos da área de saúde e educação;
- (C) deve executar rigorosamente a programação estabelecida na emenda parlamentar;
- (D) é vedado de aplicar os recursos em ações executadas por meio de consórcios públicos;
- (E) pode firmar contratos de cooperação técnica para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos.

**39**

Ao final de um exercício financeiro em um dado Município, foi verificado que a dotação de uma programação de despesa autorizada por meio de crédito adicional à LOA do exercício não tinha sido integralmente empenhada, restando 50% do saldo a empenhar.

O gestor comunicou que gostaria de reabrir o saldo no exercício seguinte, mas foi alertado de que só será possível caso o crédito:

- (A) seja do tipo extraordinário, aberto ao longo do exercício;
- (B) seja do tipo suplementar ou especial, com autorização na LDO;
- (C) seja do tipo suplementar, para cobertura de investimentos não concluídos no final do exercício;
- (D) tenha sido aberto nos últimos quatro meses do exercício e seja especial ou extraordinário;
- (E) tenha sido aberto para a cobertura de despesas extraordinárias, sem comprometimento da meta fiscal.

**40**

Um Município iniciou um projeto de requalificação de suas áreas urbanas, parte por investimentos próprios e parte em regime de concessão à iniciativa privada.

Há uma série de externalidades geradas por programas dessa natureza, e a classificação da despesa pública indica o efeito econômico da aplicação desses recursos por meio da análise das categorias que envolvem:

- (A) a descrição dos objetos do gasto;
- (B) o detalhamento dos grupos de natureza de despesa;
- (C) as fontes de recursos para custeio do programa;
- (D) a forma de aplicação dos recursos;
- (E) os montantes de despesas correntes e de capital.

## Direito Administrativo

**41**

Imagine que certo vereador do Município do Rio de Janeiro, na condição de cidadão, pretenda obter dados do Poder Executivo acerca da gestão municipal, que não estão abarcados por sigilo. Ele acredita que existam relevantes informações detidas pela Administração que não foram devidamente publicadas em sítios eletrônicos, diante da consagração do princípio da transparência, tanto pela Lei nº 12.527/2011 quanto pelo Decreto Rio nº 44.745/2018 e alterações, dentre as quais estão os dados atinentes à publicação de relatórios contendo as estatísticas de acesso a tais informações.

Considerando a situação hipotética narrada, à luz das mencionadas normas e da orientação dos Tribunais Superiores acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) o parlamentar não pode solicitar as informações em questão, em relação a qualquer das dimensões da transparência, sob pena de violar o princípio da separação de poderes;
- (B) ao requerer as informações em questão, o vereador estaria, caso possível, a promover a transparência reativa, que corresponde ao direito de requerer acesso aos dados detidos pela Administração que não foram publicados;
- (C) o pleito do vereador é válido, correspondendo à manifestação pertinente à transparência ativa, enquanto a publicação dos mencionados relatórios consta como dever decorrente da transparência passiva, na forma da norma local;
- (D) o requerimento do parlamentar é inconstitucional, pois a sua pretensão se enquadra como manifestação da transparência passiva, que não lhe pode ser assegurada, diferentemente da transparência ativa, em relação à qual o vereador poderia buscar implementação;
- (E) o parlamentar pode pleitear o acesso às informações em questão, cujo requerimento é manifestação da transparência passiva, sendo certo que a publicação dos relatórios em comento é enquadrada pela norma local como dever decorrente da transparência ativa.

**42**

Michel e Morgana foram aprovados em concurso público para cargo efetivo de nível superior do Município do Rio de Janeiro.

Morgana teve melhor classificação e foi convocada mais de um ano antes de Michel. Ela era servidora pública federal estável, que pediu declaração de vacância do cargo anterior de analista de certo Ministério e entrou em exercício no dia seguinte de sua posse, mas, durante o período do estágio probatório, quando solicitada, deixou de apresentar a sua declaração de imposto de renda, no prazo determinado pela Administração, pois teve evolução patrimonial a descoberto que acreditava que teria dificuldades para explicar.

Michel foi convocado bastante tempo depois e, passados quarenta dias de sua posse, ele não entrou em exercício, sem apresentar qualquer justificativa para a Administração, na medida em que optou por aguardar a sua investidura em outro cargo público estadual, para o qual também fora aprovado.

Considerando os fatos descritos, os ditames da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, e o disposto na Lei nº 94/1979 do Município do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) Morgana tem estabilidade no serviço público, de modo que não deveria se submeter a estágio probatório em relação ao novo cargo;
- (B) Michel deve ser exonerado, pois não entrou em exercício no prazo de trinta dias a contar da data de sua posse, sem qualquer justificativa para a Administração;
- (C) Morgana não precisava ter pedido a vacância do cargo federal, diante da possibilidade de acumulação de cargos relacionados a entes federativos distintos;
- (D) a investidura de Michel se completou com a sua posse, de modo que ele deveria ser demitido em razão da grave falta funcional descrita;
- (E) tanto Morgana quanto Michel deveriam ser exonerados dos respectivos cargos em que tomaram posse, em decorrência dos fatos narrados.

**43**

Ao compulsar a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Galileu verificou que, acerca da matéria atinente à organização da respectiva Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) constituem a administração direta os órgãos com personalidade jurídica de direito público, integrantes da estrutura administrativa de qualquer dos Poderes do Município;
- (B) a administração indireta não pode ser constituída por pessoas jurídicas de direito privado, pois é composta por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- (C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista em que o Município detenha a maioria do capital com direito a voto são patrimônio do Município e só poderão ser extintas, fundidas ou ter alienado o controle acionário mediante lei;
- (D) a prestação de serviços públicos poderá ser delegada a particular mediante concessão ou permissão, mas, nesse último caso, não será necessário procedimento licitatório, por se tratar de ato administrativo, formalizado mediante termo;
- (E) a administração fundacional é constituída apenas pelas fundações públicas ou, eventualmente, pelas fundações de direito privado que venham a ser criadas após a edição da Lei Complementar exigida pela Constituição da República de 1988 para a definição de sua área de atuação.

**44**

Na qualidade de agente de contratação de determinado órgão, Regina, servidora estável ocupante de cargo efetivo do Município do Rio de Janeiro, foi questionada acerca das peculiaridades dos contratos no âmbito da nova lei de licitações e contratações (Lei nº 14.133/2021), notadamente com relação ao prazo de duração e viabilidade de extinção antes do termo final de um contrato de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, que não tem qualquer relação com sistemas estruturantes de tecnologia.

Em relação ao aludido questionamento, Regina deveria afirmar, corretamente, que o contrato em questão pode:

- (A) ter prazo de até cinco anos, observadas as diretrizes legais, dentre as quais, ser atestada a vantagem econômica da contratação plurianual e a existência de créditos orçamentários a cada exercício financeiro, cabendo à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando entender que a avença não mais lhe oferece vantagem, extinção esta que, ressalvadas exceções em que não seria cabível, ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato;
- (B) ser inicialmente celebrado com prazo de até dez anos, sem contar a viabilidade de prorrogação do termo inicial, desde que, dentre outras diretrizes legais, haja previsão no plano plurianual e disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício, sendo certo que se o contrato não for mais vantajoso para a Administração, a extinção depende da justificativa expressa do respectivo interesse público e do pagamento de indenização;
- (C) ter a vigência máxima de até quinze anos, em decorrência de seu objeto, desde que atendidas as diretrizes legais, notadamente a previsão no plano plurianual e a disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício financeiro, com a possibilidade de extinção, sem ônus, para a Administração a qualquer momento por razão de interesse público, mediante a devida justificativa de que não há mais vantagem econômica para a manutenção da avença;
- (D) ter prazo indeterminado, desde que atestada a maior vantagem econômica vislumbrada em decorrência da contratação plurianual, bem como a disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício, dentre outras diretrizes, sendo possível a extinção a qualquer momento, quando a autoridade entender que o contrato não mais oferece vantagem para a Administração, mediante pagamento de prévia indenização ao contratado;
- (E) ser formalizado com prazo de até cinco anos, observadas as diretrizes legais, dentre as quais a previsão no plano plurianual e a existência de créditos orçamentários a cada exercício financeiro, revelando-se viável a sua prorrogação sucessiva até a vigência máxima decenal, vedada a negociação com o contratado, cabendo à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, a qualquer momento, quando entender que a avença não mais lhe oferece vantagem.

45

Em auditoria realizada junto ao Município Delta, surgiram fortes indícios de que a sociedade Imaginária, de má-fé, apresentou documentação falsa para fins de obtenção de certo benefício fiscal, que a ela foi conferido há oito anos. Em razão disso, a autoridade competente visa a adotar as medidas necessárias para fins de anular tal benesse.

Diante dessa situação hipotética, considerando que não há norma local que verse sobre a anulação, convalidação e extinção dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) não é mais possível anular o ato em questão, na medida em que se operou a convalidação involuntária por meio da decadência, independentemente da má-fé da beneficiária;
- (B) considerando o transcurso de prazo superior a cinco anos do ato viciado em questão, houve a sanatória involuntária da situação, consolidada em razão da prescrição;
- (C) o Município deve, de plano, anular o ato em questão, sem notificar a beneficiária para propiciar a ampla defesa e o contraditório, diante de sua má-fé e da gravidade do vício;
- (D) mesmo após oito anos, caberá a anulação do benefício na situação descrita, após a ampla defesa e o contraditório, diante da má-fé da beneficiária;
- (E) o benefício em questão deveria ser revogado, e não anulado, pois a revogação é modalidade de extinção cabível quando verificada a existência de vícios insanáveis no ato, que pode ocorrer a qualquer momento.

46

As autoridades competentes do Município do Rio de Janeiro estão analisando a viabilidade de constituir uma parceria público-privada, com base na Lei nº 11.079/2004, com vistas a realizar determinado serviço, que não se enquadra como serviço público, mas envolve a execução de obra e o fornecimento e a instalação de bens, do qual a Administração será usuária direta, incompatível, portanto, com a cobrança de tarifas.

Em relação à aludida situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) diante da impossibilidade de cobrança de tarifa, não é viável constituir nenhuma das modalidades de parceria público-privada;
- (B) por não versar sobre serviços públicos, ainda que *uti universi*, não será possível a constituição de nenhuma das modalidades de parceria público-privada;
- (C) poderia ser utilizada a concessão administrativa na situação descrita, preenchidos os demais requisitos estabelecidos em lei;
- (D) poderia ser utilizada a concessão patrocinada na situação descrita, preenchidos os demais requisitos estabelecidos em lei;
- (E) considerando que mais de 70% da remuneração será realizada pelo parceiro público, é necessária a autorização legislativa para a constituição da modalidade de parceria público-privada cabível.

47

De forma livre e consciente, Adamastor, agente público competente, dolosamente, permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, o que implicou perda patrimonial efetiva ao erário municipal.

Ao tomar conhecimento de tais fatos, os representantes da Fazenda Pública prejudicada almejam que o Município ajuíze a respectiva ação de improbidade administrativa em desfavor de Adamastor, com o escopo de obter o ressarcimento ao erário, ou, eventualmente, para que celebre acordo de não persecução civil para tal finalidade.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 e a orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o Município:

- (A) não tem legitimidade para ajuizar a ação de improbidade, mas pode celebrar o acordo de não persecução civil, desde que anteriormente ao ajuizamento de tal demanda;
- (B) tem legitimidade para ajuizar a ação de improbidade, bem como para celebrar acordo de não persecução civil, desde que anteriormente ao ajuizamento da demanda;
- (C) tem legitimidade para a ação de improbidade, mas não pode celebrar acordo de não persecução civil, pois o Ministério Público é o único legitimado para realizá-lo em qualquer momento processual;
- (D) não tem legitimidade para ajuizar a ação de improbidade, nem para celebrar acordo de não persecução civil, em decorrência de o Ministério Público ser o único legitimado para ambos;
- (E) tem legitimidade para ajuizar ação de improbidade e para formalizar o acordo de não persecução civil, mesmo que o processo esteja em fase de execução da sentença condenatória.

**48**

Em determinado Município, os servidores que atuavam em uma das respectivas Secretarias podiam integrar duas carreiras distintas, compostas por cargos efetivos, cujo ingresso dependia de concurso público, que tinham requisitos diferentes diante da natureza e complexidade das atribuições, a saber: a de agente, que exigia nível médio; e a de auditor, que exigia nível superior.

Ocorre que o prefeito de tal Município apresentou projeto de lei, para unificar as mencionadas carreiras, consolidando os respectivos cargos naquela que passou a designar apenas de auditor, com a exigência de nível superior para fins de ingresso e a adoção da remuneração que até então era a superior.

Tal projeto foi aprovado pela respectiva Câmara de Vereadores, resultando na Lei nº XYZ, que, além de cancelar a unificação das carreiras, aumentou, por iniciativa da Casa Legislativa, a remuneração dos servidores que passaram a integrá-la.

Diante dessa situação hipotética, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- (A) é constitucional o aumento de remuneração conferido aos servidores integrantes da carreira unificada decorrente da Lei nº XYZ;
- (B) a unificação das carreiras é inconstitucional, pois os servidores têm direito adquirido ao regime jurídico existente quando ocorreu o seu provimento originário;
- (C) a Lei nº XYZ é constitucional, notadamente porque a matéria atinente ao funcionamento e organização da Administração pode até mesmo ser objeto de Decreto;
- (D) a transposição dos mencionados agentes fiscais para a carreira unificada pela Lei nº XYZ é inconstitucional, na medida em que distintos os requisitos do seu provimento originário;
- (E) a unificação das carreiras é constitucional, na medida em que estabelecida por lei, que importa na melhora da situação dos servidores das carreiras então existentes.

**49**

Lourival, servidor público municipal estável, no âmbito de suas atribuições, relacionadas ao exercício do poder de polícia, verificou a existência de uma obra irregular, que está colocando em risco a vida e a saúde dos respectivos operários e da população que transita no local, bem como a incolumidade das casas do entorno.

Em razão disso, o responsável pela construção já foi multado por três vezes, além de ter sido determinado o embargo da obra, após o devido processo administrativo, nos termos da lei local, sem qualquer sucesso, considerando que tal irregularidade vem se perpetuando.

Considerando que a norma local também prevê a possibilidade de demolição de obras que se enquadrem em tais circunstâncias, Lourival está com fundadas dúvidas acerca da viabilidade de a Administração levar a efeito tal destruição do imóvel, sem a intervenção do Judiciário.

Acerca dessa situação hipotética, considerando os atributos do poder de polícia e a orientação do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que é:

- (A) viável que a Administração leve a efeito a demolição sem a intervenção do Judiciário, em decorrência da autoexecutoriedade do poder de polícia, atributo de que não goza sanção de multa;
- (B) inviável que a Administração leve a efeito a demolição sem a autorização do Judiciário, na medida em que a autoexecutoriedade do poder de polícia não admite meios diretos de coerção, ainda que de forma proporcional;
- (C) viável que a Administração leve a efeito a demolição sem a intervenção do Judiciário, considerando que todas as medidas e sanções de polícia mencionadas são dotadas do atributo da autoexecutoriedade do poder de polícia;
- (D) inviável que a Administração venha a ajuizar ação para fins de levar a efeito a demolição do imóvel em questão, em razão da falta de interesse de agir, fulminada pelo atributo da exigibilidade do poder de polícia;
- (E) inviável que a Administração leve a efeito as medidas e sanções de polícia descritas, pois não se lhes pode reconhecer o atributo da autoexecutoriedade, sendo dotadas apenas de exigibilidade, dependendo, portanto, de decisão judicial para a sua implementação.

50

Liz estava estudando para o concurso público de fiscal de rendas no âmbito da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município do Rio de Janeiro, quando passou a aprofundar a matéria atinente aos aspectos relevantes do princípio da segurança jurídica, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal e do disposto no Decreto-Lei nº 4.657/1942, notadamente em decorrência da redação conferida pela Lei nº 13.655/2018.

Acerca do tema, Liz concluiu, corretamente, que:

- (A) o princípio da proteção da confiança legítima não tem relação com o princípio da segurança jurídica ou com o Estado Democrático de Direito;
- (B) o princípio da segurança jurídica importa no reconhecimento de que as respostas a consultas formuladas a autoridades competentes não possam ter caráter vinculante;
- (C) as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive, dentre outros instrumentos, por meio de súmulas administrativas;
- (D) em decorrência do princípio da segurança jurídica, é possível que se declarem inválidas situações plenamente constituídas com base em interpretação anterior, que não mais se compatibilize com mudança posterior de orientação geral;
- (E) o princípio da segurança jurídica esgota-se em sua dimensão objetiva, condizente com as garantias fundamentais, além dos institutos relacionados aos efeitos do tempo nas relações jurídicas, tais como prescrição e decadência.

## Direito Civil e Empresarial

51

A empresa P, situada em Mônaco, contrata a empresa R, com sede no Rio de Janeiro, para representá-la no território nacional, oferecendo seus serviços de engenharia civil para clientes brasileiros.

A empresa C, domiciliada em Recife, contratou, com a intermediação de R, os serviços de P. O negócio foi fechado em Niterói, para a montagem, pela empresa P, de uma complexa estrutura na cidade de Ospedaletti – Itália, e posterior remessa a Niterói, onde seria instalada.

A cláusula 18 do contrato prevê o seguinte: “o preço dos serviços será calculado pela conversão do valor de referência para a moeda do país do contratante, observada a soma com a carga tributária do local onde se constituir a obrigação”.

Nesse caso, à luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a carga tributária a ser considerada é a de:

- (A) Mônaco;
- (B) Rio de Janeiro;
- (C) Recife;
- (D) Niterói;
- (E) Ospedaletti.

52

A sociedade X devia cinco milhões de reais à sociedade Y. Como não dispunha do dinheiro para quitar a dívida, deu em pagamento uma fazenda de sua propriedade, na qual existia uma vasta plantação de árvores destinadas ao corte.

Nesse caso, é correto afirmar que, na falta de cláusula contratual específica, as árvores:

- (A) apesar de poderem configurar bens móveis por antecipação, não estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel;
- (B) compreendidas como pertencças, não estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel;
- (C) apesar de poderem configurar bens móveis por antecipação, estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel, por força do princípio da gravitação jurídica;
- (D) apesar de poderem configurar acessões naturais, estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel, por força do princípio da gravitação jurídica;
- (E) por estarem incorporadas ao solo, são consideradas parte do imóvel, independentemente de sua finalidade econômica, razão pela qual estão contempladas pela dação em pagamento do imóvel.

53

O banco XYV ajuíza demanda de cobrança em face da sociedade W1S Ltda. e de seu diretor e sócio, Ataulfo. Pede a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, sob o fundamento de que Ataulfo agiu com excesso de poderes, assumindo compromissos financeiros que iam além dos poderes de gestão outorgados a ele pelo contrato social e pela lei.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) é desnecessária a desconsideração da personalidade jurídica para cobrar diretamente de Ataulfo a dívida assumida;
- (B) o banco XYV invoca a teoria menor da personalidade jurídica, aplicável ao caso;
- (C) o banco XYV invoca a teoria maior da personalidade jurídica, aplicável ao caso;
- (D) o banco XYV deverá cobrar a dívida exclusivamente em face da sociedade W1S que, posteriormente, terá direito de regresso em face de Ataulfo;
- (E) o banco XYV deverá cobrar a dívida exclusivamente em face da sociedade W1S, sem possibilidade de direito de regresso em face de Ataulfo, por força da teoria da aparência.

54

A sociedade KJL tinha por objeto social o comércio eletrônico de eletrodomésticos e desenvolvia sua empresa exclusivamente pelo sítio eletrônico.

Ocorre que, tendo contraído uma dívida com a sociedade MDMD, sofreu a penhora do nome de domínio, o qual, posteriormente, foi arrematado, em leilão judicial, pela sociedade MDQEM.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) à luz da definição do Art. 1.142 do Código Civil (“[c]onsidera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”), não é possível reconhecer a existência, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais;
- (B) embora seja possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, não se pode conceber um trespasse de tal espécie de estabelecimento, por ser inaplicável a disciplina do Código Civil ao ambiente eletrônico;
- (C) é possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, sendo certo que, no caso concreto, ocorreu o trespasse, para todos os efeitos legais;
- (D) embora seja possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, não se verifica, no caso concreto, um trespasse, mas uma aquisição originária do nome de domínio, por meio da arrematação judicial;
- (E) embora seja possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, não se verifica, no caso concreto, um trespasse, mas uma aquisição derivada do nome de domínio, por meio da arrematação judicial.

55

NÃO conta com a proteção ao bem de família o imóvel:

- (A) adquirido após a consolidação da dívida, quando já há demanda executiva em curso;
- (B) dado em caução de locação comercial;
- (C) do condômino, para pagamento de dívida decorrente de responsabilidade civil do condomínio insolvente em relação a terceiro;
- (D) em construção, no qual, por ora, só exista o terreno;
- (E) alugado a terceiros, quando o saldo da locação é revertido em favor da unidade familiar.

56

A sociedade SSS contratou os serviços de armazenagem da sociedade JJJ. Entregou, então, dez caixas de material químico, a serem conservadas e mantidas pelo período de um ano.

Chegado o termo final, a sociedade SSS notifica a sociedade JJJ para que lhe devolva as caixas.

Considerando essa dinâmica obrigacional, vê-se que há duas principais prestações a cargo da sociedade JJJ.

Sobre os regimes da mora relativos a essas prestações, é correto afirmar que são:

- (A) idênticos, notadamente porque, em caso de injusta recusa da sociedade SSS (*mora accipiendi*), permitem que o devedor se exonere pela consignação em pagamento;
- (B) idênticos, notadamente porque admitem que, em caso de inadimplemento relativo da sociedade JJJ (*mora solvendi*), permitem, à luz da disciplina do Código Civil, que o trabalho seja executado por terceiros às custas da devedora;
- (C) diversos, na medida em que só a obrigação de devolver as caixas admite, à luz da disciplina do Código Civil, a consignação em pagamento em caso de injusta recusa da sociedade SSS (*mora accipiendi*);
- (D) diversos, na medida em que só a obrigação de devolver as caixas admite, à luz da disciplina do Código Civil, o cumprimento por terceiros às custas da devedora em caso de inadimplemento relativo da sociedade JJJ (*mora solvendi*);
- (E) diversos, na medida em que só a obrigação de conservar e manter as caixas admite, à luz da disciplina do Código Civil, a consignação em pagamento em caso de injusta recusa da sociedade SSS (*mora accipiendi*).

57

Uma das obrigações legais aplicáveis aos empresários e sociedades empresárias é a realização da escrituração contábil nos instrumentos autorizados para este fim e com autenticação perante a Junta Comercial. Acerca dessa obrigação e desse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em matéria de escrituração contábil, aplica-se a regra de indivisibilidade segundo a qual se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse do proprietário dos livros e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade. Tal regra é excepcionada nos casos de falência, dissolução judicial e desconsideração da personalidade jurídica.
- II. As restrições estabelecidas no Código Civil quanto ao exame da escrituração do empresário por terceiros, em parte ou por inteiro, não se aplicam às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, nos termos estritos das respectivas leis especiais.
- III. O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas à sucessão empresarial, sociedade, administração, mandato ou gestão à conta de outrem, ou nos casos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

**58**

A Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) contém deveres para o acionista controlador e, nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) todo acionista controlador, seja o controle exercido de forma unitária ou compartilhada, e os acionistas ou grupo de acionistas que elegerem membro do conselho de administração, devem informar à CVM, em até cinco dias, as modificações verificadas em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia;
- (B) o acionista controlador de companhia aberta, empresa pública e sociedade de economia mista deverá informar à CVM e às Bolsas de Valores, em até quarenta e oito horas, as modificações em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia e pelas Bolsas de Valores;
- (C) o acionista controlador de companhia aberta e de capital autorizado deverá informar imediatamente à CVM e às entidades do mercado de balcão organizado, nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, as modificações em sua posição acionária na companhia;
- (D) o acionista controlador de companhia aberta que eleger membro do conselho de administração ou da diretoria deve informar à CVM e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado, nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, em até cinco dias úteis, as modificações em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia e pelas Bolsas de Valores;
- (E) o acionista controlador de companhia aberta e os acionistas ou grupo de acionistas que elegerem membro do conselho de administração ou do conselho fiscal deverão informar imediatamente à CVM e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado, nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, as modificações em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia.

**59**

Em 31 de dezembro de 2015, a sociedade Doutor Loretto, distribuidora de veículos automotores Ltda., celebrou com Nuages S/A (produtora) contrato de concessão comercial, ajustado por prazo determinado de sete anos. Em março de 2022, o concessionário notificou por escrito, com aviso de recebimento, o concedente de que não pretendia renovar o contrato por desinteresse.

Considerada a narrativa dos fatos e as disposições legais sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, é correto afirmar que:

- (A) a concessão comercial entre produtor e distribuidor de veículos automotores será ajustada por prazo indeterminado e só pode cessar nas hipóteses legais, dentre as quais não se encontra a denúncia imotivada;
- (B) o concessionário notificou por escrito e com aviso de recebimento o concedente antes de cento e oitenta dias do termo final, estando, desta forma, o contrato extinto;
- (C) como o concessionário notificou o concedente do desinteresse na prorrogação do contrato em março de 2022, após sessenta meses de sua vigência, o contrato foi prorrogado por prazo indeterminado;
- (D) diante de a notificação ao concedente ter sido feita nos doze meses do último ano do contrato e por escrito, o contrato estará de pleno direito encerrado a partir de janeiro de 2023;
- (E) diante da tempestividade da notificação, feita de forma correta, o contrato está extinto e o concedente é obrigado a readquirir o estoque de veículos novos pelo preço de venda à rede de distribuição vigente na data de reaquisição.

60

A Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro foi intimada eletronicamente pelo Juízo da X Vara Empresarial para, no prazo legal, apresentar diretamente ao administrador judicial da massa falida da Livraria Santo Antônio de Sá S/A a relação completa de seus créditos referentes a tributos municipais inscritos em dívida ativa. A intimação determinou que os valores apresentados estejam acompanhados dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

Consideradas tal informação e as disposições da legislação falimentar, é correto afirmar que:

- (A) caso a Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro não atenda à intimação para participar do incidente de classificação de crédito público, perderá a prioridade legal em relação aos créditos tributários extraconcursais, que serão pagos na ordem de pagamento prevista para os créditos tributários concursais;
- (B) havendo objeção a algum crédito da Fazenda Pública, se o juiz rejeitar os esclarecimentos dela, determinará a reserva integral até o julgamento definitivo; ademais, antes da homologação do quadro de credores, o juiz concederá prazo comum de dez dias para que o administrador judicial e a Fazenda Pública manifestem-se sobre a situação atual do crédito;
- (C) apresentada a relação completa dos créditos referentes a tributos municipais, o falido, os demais credores, o representante do Ministério Público e o administrador judicial disporão do prazo comum de dez dias para manifestar objeções, versando essas, limitadamente, sobre os cálculos e a classificação do crédito na falência;
- (D) caso seja oferecida alguma objeção sobre o cálculo apresentado ou a classificação do crédito na falência, a Fazenda Municipal será intimada para prestar, no prazo de cinco dias, eventuais esclarecimentos a respeito das manifestações dos oponentes;
- (E) se os créditos apresentados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro forem incontroversos e exigíveis, o juiz determinará ao administrador judicial que os inclua no quadro geral de credores como créditos extraconcursais, na última posição da ordem legal desses créditos.

## Tecnologia da Informação

Considere a existência de uma tabela relacional *N*, com apenas uma coluna, intitulada *numero*, contendo os números inteiros de 1 até 100, um em cada linha, como ilustrada a seguir.

N	
numero	
1	
2	
...	
99	
100	

Como pode haver discrepâncias entre implementações da linguagem SQL, é dado que a função  $\text{sqrt}(x)$  retorna a raiz quadrada de  $x$  e que a expressão  $a \% b$  retorna o resto da divisão inteira de  $a$  por  $b$ .

61

Numa definição simplificada, números primos são os números inteiros a partir de 2 que só são divisíveis por eles mesmos e o número 1.

Assinale o comando SQL que produz a lista de todos, e somente, os números primos presentes na tabela *N*, descrita anteriormente.

- (A) 

```
select numero from N np
where np.numero >= 2
and not exists (
select * from N nn
where nn.numero > 1
and nn.numero <= sqrt(np.numero)
and nn.numero % np.numero = 0 )
```
- (B) 

```
select numero from N np
where np.numero >= 2
and np.numero not in (
select * from N nn
where nn.numero > 1
and nn.numero < sqrt(np.numero)
and np.numero % nn.numero = 0 )
```
- (C) 

```
select numero from N np
where np.numero >= 2
and np.numero in (
select nn from N nn
where nn.numero > 1
and nn.numero < sqrt(np.numero)
and np.numero % nn.numero = 0 )
```
- (D) 

```
select numero from N np
where np.numero >= 2
and np.numero = ALL (
select * from N nn
where nn.numero > 1
and nn.numero < sqrt(np.numero)
and np.numero % nn.numero = 0 )
```
- (E) 

```
select numero from N np
where np.numero >= 2
and np.numero <> ALL (
select * from N nn
where nn.numero > 1
and nn.numero < sqrt(np.numero)
and np.numero % nn.numero = 0 )
```

62

Analise o comando SQL a seguir, que faz referência à tabela *N* descrita anteriormente.

```
select n1.numero * n2.numero
from N n1, N n2
where n1.numero <> n2.numero
```

O número de linhas do resultado produzido pela execução desse comando, sem contar a linha de títulos, é:

- (A) 9.000  
 (B) 9.110  
 (C) 9.900  
 (D) 9.991  
 (E) 10.000

**63**

Este é o resultado produzido por um determinado script SQL que utiliza a tabela N, anteriormente descrita.

A	B
2	50
3	33
4	25
5	20
6	16
7	14

Abaixo, são apresentadas três versões para o referido script, não necessariamente corretas.

I.  

```
select x.numero A,
       (select count(*) from N
        where N.numero % x.numero = 0) B
from (select numero from N
      where numero >= 2 and numero <= 7) x
order by 2 desc
```

II.  

```
select x.numero A,
       (select count(*) from N
        where N.numero % x.numero = 0) B
from (select numero from N
      where numero >= 2 and numero <= 7) x
where x.numero % x.numero = 0
order by 2 desc
```

III.  

```
select x.numero A,
       (select count(*) from N
        where N.numero % x.numero = 0) B
from (select numero from N
      where numero >= 2 and numero <= 7) x
where x.numero % x.numero = 0
group by x.numero
having count(*) > 0
order by 2 desc
```

Sobre essas afirmativas, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma delas produz o resultado correto;
- (B) somente I e II produzem o resultado correto;
- (C) somente II e III produzem o resultado correto;
- (D) somente III produz o resultado correto;
- (E) todas produzem o resultado correto.

**64**

Em bancos de dados relacionais, os relacionamentos entre entidades identificadas na modelagem de dados são explicitados no SQL por meio de:

- (A) Cláusulas Check;
- (B) Cláusulas Unique;
- (C) Foreign keys;
- (D) Primary keys;
- (E) Views.

**65**

João abriu uma nova planilha no MS Excel e executou os seguintes passos:

- digitou na célula A1 o valor 0;
- digitou na célula A2 o valor 1;
- digitou na célula A3 a fórmula “=A1 + A2”;
- selecionou a célula A3;
- digitou a combinação Ctrl-C no teclado;
- selecionou a área A4:A12;
- digitou a combinação Ctrl-V no teclado.

Ao final dessas operações, o valor exibido na célula A12 é:

- (A) 144
- (B) 89
- (C) 55
- (D) 2
- (E) 1

**66**

No ambiente de Data Warehousing da SMFP/RJ, os dados são extraídos de diversas fontes e integrados para apoiar a fiscalização de rendas por meio do desenvolvimento de diversos artefatos de dados. Antes de começar as análises nesse ambiente, o fiscal de rendas Inácio fez consultas sobre o seu conteúdo, por exemplo:

- DW\_Tributos, banco de dados analítico do tipo Data Warehouse que integra dados sobre os tributos arrecadados do Município do Rio de Janeiro.
- TP\_EMPRESA, Caractere, 1, atributo que descreve o tipo da empresa contendo os seguintes valores: M - MEI ou S - Simples Nacional, e faz parte da tabela TB\_EMPRESA.
- RL\_Sit\_Fiscal, relatório sobre a situação fiscal das empresas do Município do Rio de Janeiro.

O componente do ambiente de Data Warehousing, utilizado por Inácio, que foi desenvolvido para apoiar consultas sobre a descrição de cada artefato de dado, é:

- (A) ETL;
- (B) Métricas;
- (C) Dashboard;
- (D) Dimensões de Dados;
- (E) Repositório de Metadados.

**67**

Walter, fiscal de rendas, está analisando os tributos municipais pagos por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço ao longo dos últimos cinco anos, utilizando a ferramenta Power BI. Para refinar a sua análise, Walter precisa gerar um relatório que permita realizar operações como drill-down.

A visualização que Walter deve usar é:

- (A) P&R;
- (B) Matriz;
- (C) Script R;
- (D) Treemaps;
- (E) Narrativa Inteligente.

68

No contexto de Big Data, para armazenar petabytes de dados não estruturados, semiestruturados e estruturados, com alto nível de heterogeneidade, é necessário um banco de dados que:

- (A) use SQL como padrão;
- (B) garanta as propriedades ACID;
- (C) tenha esquemas de dados dinâmicos;
- (D) utilize um SGBD central e local com estrutura sequencial de processamento;
- (E) persista dados em tabelas relacionais como estrutura única de armazenamento.

69

O fiscal de rendas Renan está explorando a base de dados sobre a situação fiscal de empresas que atuam no Rio de Janeiro, e encontrou os seguintes padrões:

- TIPO\_EMPRESA="MEI", RENDA\_ANO="NIVEL A" -> QUANTIDADE\_SOCIOS=1, SITUACAO\_FISCAL="INADIMPLENTE" (suporte = 50%, confiança = 70%)
- TIPO\_EMPRESA="Simples", RENDA\_ANO="NIVEL B" -> QUANTIDADE\_SOCIOS=2, SITUACAO\_FISCAL="REGULAR" (suporte = 30%, confiança = 80%)

A técnica de Mineração de dados que Renan aplicou para descobrir elementos que ocorrem em comum dentro de um determinado conjunto de dados foi:

- (A) análise de cluster;
- (B) modelos preditivos;
- (C) árvores de decisão;
- (D) regras de associação;
- (E) técnicas de amostragem.

70

Observe a seguinte estrutura do conjunto de dados PESSOA que contém dados sobre pessoas e a sua renda anual.

Coluna	Tipo	Descrição
Idade	Contínua	Idade em anos
Ganho_capital	Contínua	Ganho de capital
Anos_estudo	Contínua	Anos de estudo
Horas_trabalhadas	Contínua	Horas trabalhadas
Sexo	Categórica	Sexo
Raça / Etnia	Categórica	Raça / Etnia
Educação	Categórica	Educação
Ocupação	Categórica	Ocupação
Classe_trabalho	Categórica	Classe de trabalho
Classe	Categórica	Renda (> 50 mil, <= 50 mil)

O conjunto de dados PESSOA será usado para a tarefa de aprendizagem supervisionada de classificação com a finalidade de prever se a renda (Classe) de uma pessoa excede 50 mil por ano.

Para isso, a operação de pré-processamento de dados que deve ser executada no conjunto de dados PESSOA é:

- (A) exclusão da coluna do tipo categórica "Classe" que possui *outlier*;
- (B) discretização das colunas do tipo categórica "Sexo, Raça / Etnia e Educação";
- (C) normalização por padronização das colunas do tipo categórica "Ocupação e Classe\_trabalho";
- (D) normalização das colunas do tipo contínua "Idade, Ganho\_capital, Anos\_estudo e Horas\_trabalhadas";
- (E) imputação de valores com base na média dos valores existentes na coluna do tipo categórica "Sexo" que possui valores faltantes.

## Contabilidade Geral

71

Atualmente, temos um sistema de "atributos mistos" no qual é utilizada uma das duas formas de mensuração mais comumente usadas, baseadas em custo histórico e valor justo.

Nesse sentido, segundo os preceitos da Norma Brasileira de Contabilidade TG Estrutura Conceitual vigente:

- (A) o custo histórico é o atributo que torna as demonstrações contábeis úteis para os investidores;
- (B) o valor justo possui menor subjetividade quanto maior a hierarquia do valor justo (nível 3);
- (C) o custo histórico pode ser mais útil do que o valor justo em setores como o financeiro;
- (D) o custo histórico representa menor relevância e maior confiabilidade em comparação ao valor justo;
- (E) o valor justo é o que apresenta maior representação fidedigna em comparação ao custo histórico.

**72**

Uma empresa comercial adquiriu mercadorias por R\$ 1.000.000 e as revendeu por R\$ 1.500.000 (sem quaisquer outras despesas). Tanto na entrada quanto na saída, houve incidência de ICMS, PIS e Cofins não cumulativos de 20%.

Considerando-se somente as informações apresentadas, a empresa:

- (A) deverá recolher, efetivamente, R\$ 300.000 de tributos;
- (B) ao divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstrará a genuína carga tributária sobre seu valor adicionado;
- (C) deverá contabilizar R\$ 1.000.000 em estoques e em contrapartida, no passivo, R\$ 800.000 em fornecedores e R\$ 200.000 em tributos a recolher;
- (D) ao divulgar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), demonstrará a genuína tributação que corresponde à efetiva realidade financeira;
- (E) apresentará um valor adicionado de R\$ 400.000.

**73**

Uma empresa de estacionamento aluga vagas específicas no seu terreno. Todas as vagas do estacionamento são alugadas por meio de um contrato padrão. Pelo contrato, o cliente obtém o direito exclusivo de estacionar em uma vaga específica durante todo o período do contrato. A empresa não pode alterar o espaço designado ao cliente. A vaga no estacionamento atribuída é identificada por um número pintado no chão e os custos de manutenção não são significativos.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o estacionamento deve ser contabilizado como:

- (A) imobilizado;
- (B) propriedade para investimento;
- (C) estoque;
- (D) ativo circulante mantido para venda;
- (E) intangível.

**74**

Uma empresa comercial fabrica placas de circuito como componentes de automóveis. Durante a pandemia, a empresa experimentou um forte crescimento e apresentou as seguintes informações para o ano atual:

- Estoque no início do ano: R\$ 1.026.000
- Estoque no final do ano, antes de quaisquer ajustes: R\$ 1.007.000
- Custo total dos produtos vendidos, antes de quaisquer ajustes: R\$ 11.776.000

1. Durante o ano, a empresa registrou custos de produtos vendidos em consignação no valor de R\$ 22.000. No final do ano, nenhuma dessas unidades havia sido vendida.

2. No último mês do ano, os contratos de remessa foram alterados de FOB (*free on board*) para CIF (*Cost, Insurance and Freight*), ou seja, R\$ 25.000 em valores de estoques estão em trânsito e não chegarão até que as demonstrações financeiras sejam divulgadas.

3. A empresa verificou que um produto no estoque estava contabilizado com um custo de R\$ 112.000, mas possuía um valor realizável líquido de R\$ 100.800.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o estoque ajustado no fim do ano é de:

- (A) R\$ 995.800;
- (B) R\$ 1.007.000;
- (C) R\$ 1.017.800;
- (D) R\$ 1.020.800;
- (E) R\$ 1.042.800.

**75**

Certa empresa comprou uma máquina a um custo de R\$ 90.000 e estima vida útil de vinte anos sem valor residual. No entanto, durante o décimo primeiro ano, a empresa reestimou que usará a máquina por mais vinte anos.

Nesse período, considerando-se as informações apresentadas e o método linear utilizado, a empresa:

- (A) deve registrar uma depreciação de 1/40 de R\$ 90.000 ou R\$ 2.250 por ano;
- (B) deve ajustar os saldos anteriores de depreciação desde a compra da máquina;
- (C) superestimou a depreciação e subestimou o lucro líquido em R\$ 2.250 para cada um dos últimos dez anos, ou um valor total de R\$ 22.500;
- (D) deve divulgar uma mudança de estimativa contábil no período atual e nos períodos futuros;
- (E) deve registrar um *impairment* devido ao aumento da vida útil do ativo.

**76**

Uma empresa assinou um contrato de arrendamento em 1º de janeiro de 2023 de uma máquina. Os termos do contrato de arrendamento e outros dados pertinentes são os seguintes:

- O prazo do arrendamento é de cinco anos. O contrato de arrendamento não é rescindível e não contém opção de renovação, obrigando-se a pagamentos iguais de R\$ 20.711,11 no início de cada ano. O valor presente dos pagamentos do arrendamento é de, aproximadamente, R\$ 95.890,35.
- A máquina tem um valor justo no início do arrendamento de R\$ 100.000, uma vida econômica estimada de cinco anos e um valor residual garantido de R\$ 5.000 (o arrendatário espera que seja provável que o valor esperado do valor residual no final do arrendamento seja superior ao valor garantido de R\$ 5.000).
- A taxa de empréstimo incremental do arrendatário é de 5% ao ano.
- O arrendatário tem como política contábil depreciar suas máquinas e equipamentos linearmente.
- O arrendador definiu uma taxa de aluguel anual para obter uma taxa de retorno de 4% ao ano, e o arrendatário está ciente dessa taxa.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, a empresa:

- (A) utilizou a taxa de empréstimo incremental de 5% para calcular o valor presente do passivo de arrendamento;
- (B) contabilizará um ativo de direito de uso por R\$ 95.000;
- (C) somará um total pago de R\$ 100.000 referente ao arrendamento ao fim dos cinco anos;
- (D) depreciará o ativo de direito de uso durante o prazo de arrendamento de cinco anos ( $R\$ 95.890,35 \div 5$  anos);
- (E) reconheceu os juros de R\$ 21.711,11 no primeiro ano.

**77**

Uma empresa fechou um contrato com um cliente para construir um depósito no valor de R\$ 100.000, com um bônus de desempenho de R\$ 50.000, que será pago com base no prazo de conclusão. O valor do bônus de desempenho diminui em 10% por semana para cada semana além da data de conclusão acordada. Os requisitos desse contrato são semelhantes aos contratos que a empresa realiza, e a administração acredita que tal experiência é suficientemente preditiva. A administração estima que há uma probabilidade de 60% de que o contrato seja concluído na data de conclusão acordada, uma probabilidade de 30% de que seja concluído com 1 semana de atraso e 10% de probabilidade de que seja concluído com 2 semanas de atraso.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o valor de reconhecimento da receita é de:

- (A) R\$ 100.000;
- (B) R\$ 130.000;
- (C) R\$ 145.000;
- (D) R\$ 147.500;
- (E) R\$ 150.000.

**78**

Considerando os princípios e as normas brasileiras de contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para o teste de recuperabilidade de ativos não financeiros:

- (A) a taxa de desconto é dependente da estrutura de capital da entidade e da forma como a entidade tenha financiado a aquisição do ativo;
- (B) é utilizada a abordagem do fluxo de caixa esperado em que os ajustes para diversos fatores estão embutidos na taxa de desconto;
- (C) a entidade deve usar substitutos para estimar a taxa de desconto, quando uma taxa específica de um ativo não estiver diretamente disponível no mercado;
- (D) é utilizada a abordagem tradicional em que os diversos fatores impõem ajustes para se chegar aos fluxos de caixa esperados, ajustados pelo risco;
- (E) a taxa de desconto deve ser a taxa, depois dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e riscos específicos.

**79**

Uma empresa construiu uma usina nuclear que foi concluída no final de 2022 a um custo de R\$ 10.000. O valor presente estimado dos custos de desmontagem da usina e restauração do local pelos danos causados por sua construção ao final de sua vida útil de 25 anos é de R\$ 980, que não está incluído no custo de construção de R\$ 10.000. Além disso, haverá danos contínuos ao meio ambiente pelas emissões de vários poluentes ao longo da vida operacional da usina, que deverá exigir remediação nos próximos 25 anos, custando aproximadamente R\$ 175 para cada ano de operação. A reparação decorrente de danos contínuos será realizada ao final da vida útil da usina. Assuma 10% de taxa de desconto.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve contabilizar:

- (A) uma depreciação linear da usina nuclear no valor de R\$ 400;
- (B) os juros da provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 98 anualmente;
- (C) uma provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 1.155;
- (D) uma provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 980;
- (E) uma provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 175.

**80**

O *hedge* de fluxo de caixa representa uma proteção à exposição de variabilidade nos fluxos de caixa da empresa que seja atribuível a um risco específico associado à totalidade de um ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente desse ativo ou passivo ou, ainda, proteção contra a variabilidade nos fluxos de caixa de uma transação prevista altamente provável.

Enquanto o *hedge* atender aos critérios de qualificação, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa observa a seguinte lógica:

- (A) o componente separado do patrimônio líquido associado ao item protegido deve ser ajustado ao maior valor entre o ganho ou a perda do instrumento de *hedge* (em valores absolutos);
- (B) a parcela do ganho ou da perda no instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo deve ser reconhecida no resultado;
- (C) qualquer ganho ou perda requerida para equilibrar a alteração na reserva de *hedge* de fluxo de caixa calculada é uma inefetividade de *hedge* que deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA);
- (D) se o item protegido for um instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes (ORA), o ganho ou a perda do instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado;
- (E) qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* é uma inefetividade de *hedge* que deve ser reconhecida no resultado.

RASCUNHO

Realização



# SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

TARDE

## FISCAL DE RENDAS (FR)

PROVA OBJETIVA P2 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!



## Direito Constitucional

1

O Partido Político Alfa, com representação no Congresso Nacional, foi instado, por seus correligionários, a ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), considerando três situações que alegadamente eram colidentes com normas estruturantes da Constituição da República de 1988. Almejava-se o ajuizamento da ADPF para: (1) insurgir-se contra veto a projeto de lei ordinária aprovado pela Assembleia Legislativa, aposto por governador do Estado, que invocara argumentos descabidos para sustentar a inconstitucionalidade do projeto; (2) reconhecer a constitucionalidade da Lei estadual nº X, que não vinha sendo cumprida pelas estruturas orgânicas dos distintos Poderes sob o argumento de ser incompatível com a Constituição da República de 1988; e (3) impugnar decreto presidencial que concedera graça a um condenado em particular, por razões tidas como contrárias aos princípios regentes da atividade estatal.

Ao ser consultada, a assessoria de Alfa respondeu, corretamente, em relação à possibilidade de as situações descritas serem objeto de ADPF, que:

- (A) todas podem ser objeto de ADPF;
- (B) nenhuma delas pode ser objeto de ADPF;
- (C) apenas as situações 2 e 3 podem ser objeto de ADPF;
- (D) apenas as situações 1 e 2 podem ser objeto de ADPF;
- (E) apenas a situação 3 pode ser objeto de ADPF.

2

Em razão de sucessivos conflitos deflagrados em condomínios edifícios que contavam com um único hidrômetro, de modo que o valor a ser pago em razão do fornecimento de água deveria ser rateado entre os condôminos, o Município Alfa editou a Lei nº X, dispondo que somente seria concedido habite-se, às construções iniciadas após a sua publicação, caso contassem com hidrômetros individuais para cada unidade autônoma.

Irresignado com o teor da Lei municipal nº X, a associação das empresas de construção consultou a sua assessoria jurídica em relação à compatibilidade desse diploma normativo com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe corretamente respondido que:

- (A) a Lei municipal nº X afrontou a livre iniciativa, o que decorreu da oneração excessiva das empresas de construção;
- (B) o Município Alfa tinha competência para legislar sobre a matéria, em razão do preponderante interesse local;
- (C) somente a União poderia legislar sobre a matéria, que incursiona nos direitos dos usuários dos serviços públicos;
- (D) o serviço de fornecimento de água, ainda que delegado aos Municípios, é tipicamente estadual, logo, somente o Estado poderia legislar sobre a matéria;
- (E) a Lei municipal nº X poderia ter incursionado na temática, desde que essa competência tenha sido reconhecida pelas normas gerais editadas pela União.

3

O chefe do Poder Executivo do Estado Alfa encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei dispondo sobre determinada política pública de cunho assistencial direcionada à população idosa. Por entender que a iniciativa era muito positiva, a proposição foi aprovada, mas com as modificações introduzidas por três emendas: (1ª) a configuração da política pública proposta foi alterada, de modo a aumentar a transparência das medidas adotadas; (2ª) a criação de uma segunda política pública, direcionada às crianças e adolescentes, espelhando os balizamentos da outra política pública proposta pelo Poder Executivo; e (3ª) a criação de uma estrutura orgânica com atribuição para fiscalizar as políticas públicas estaduais, com o objetivo de zelar pela eficiência das medidas adotadas.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar, em relação às emendas aprovadas, com a abstração de aspectos não abordados na narrativa, que:

- (A) todas são constitucionais;
- (B) todas são inconstitucionais;
- (C) apenas a 1ª é constitucional;
- (D) apenas a 1ª e a 2ª são constitucionais;
- (E) apenas a 2ª e a 3ª são constitucionais.

4

O presidente da República editou a Medida Provisória nº X, com base nos referenciais de relevância e urgência, estabelecendo os requisitos para a criação de Territórios Federais. Após a tramitação constitucional, com a realização de calorosos debates no âmbito do Poder Legislativo, o texto da lei de conversão foi aprovado com modificações substanciais em relação à proposta apresentada, vindo a ser, ato contínuo, promulgado pelo presidente do Congresso Nacional, daí advindo a Lei federal nº Y. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a narrativa acima:

- (A) não apresenta qualquer irregularidade;
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à matéria objeto da medida provisória;
- (C) somente apresenta irregularidade em relação à aprovação de modificações à medida provisória;
- (D) somente apresenta irregularidade em relação à matéria objeto da medida provisória e ao não encaminhamento da proposição à sanção presidencial;
- (E) somente apresenta irregularidade em relação à aprovação de modificações à medida provisória e ao não encaminhamento da proposição à sanção presidencial.

5

O secretário de Fazenda do Município Alfa proferiu decisão no sentido de que a majoração da alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza, promovida pela Lei municipal nº 123, publicada em 20 de dezembro do ano X, terá eficácia a partir de 1º de janeiro do ano subsequente. Irresignada com o teor dessa decisão, a sociedade empresária Delta, que terá sua carga tributária aumentada, impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça, o qual, a teor da Constituição Estadual, tinha competência originária para processar e julgar a causa. O mandado de segurança foi denegado sob o argumento de que a decisão do secretário se harmonizava com a ordem constitucional, o que não foi alterado após o exaurimento dos recursos no âmbito do Tribunal.

À luz da narrativa, é correto afirmar que a decisão:

- (A) observou o princípio da anterioridade, estando em harmonia com a ordem constitucional;
- (B) afrontou a anterioridade nonagesimal, podendo ser impugnada via recurso ordinário;
- (C) afrontou a anterioridade nonagesimal, podendo ser impugnada via recurso especial;
- (D) afrontou a reserva de lei complementar federal, podendo ser objeto de reclamação constitucional;
- (E) afrontou a anterioridade nonagesimal, podendo ser impugnada via recurso extraordinário.

6

A União almejava celebrar com o Município Alfa um convênio visando à construção de unidade de acolhimento para crianças e adolescentes que não estivessem amparados por seus familiares. Nesse ajuste, caberia à União repassar os recursos a serem utilizados na construção, enquanto Alfa deveria disponibilizar um terreno de sua propriedade, no qual seria realizada a referida construção. O órgão federal responsável pelas tratativas iniciais consultou a Advocacia-Geral da União (AGU) a respeito da inserção de uma cláusula prevendo que, caso os recursos federais não fossem aplicados da forma alvitada, os respectivos valores seriam descontados do montante que a União deveria repassar a Alfa de acordo com a sistemática constitucional.

A AGU, à luz da Constituição da República de 1988, respondeu, corretamente, que a cláusula alvitada:

- (A) deve ser inserida no convênio, caso os valores repassados pela União sejam superiores a 1% da receita corrente líquida de Alfa;
- (B) não pode ser inserida no convênio, considerando a superioridade política e econômica da União, o que esvazia o poder negocial de Alfa;
- (C) deve ser inserida no convênio, mas o seu alcance ficará restrito ao montante correspondente às cotas de Alfa nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais;
- (D) pode ser inserida no convênio caso seja livremente pactuada com Alfa, sendo que o seu alcance pode se estender a qualquer crédito deste ente federativo com a União;
- (E) pode ser inserida no convênio caso seja livremente pactuada com Alfa, mas somente pode alcançar os valores correspondentes aos impostos federais que a ordem constitucional atribui a este ente federativo.

7

João, vereador no Município Alfa, solicitou que o chefe do Poder Executivo do respectivo Município encaminhasse um detalhamento dos custos realizados com determinado programa social direcionado ao idoso, o que foi feito sem que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alfa tivesse conhecimento da solicitação. A solicitação foi indeferida pelo prefeito do Município Alfa sob o argumento de que João não tinha legitimidade para apresentá-la, o que resultou na impetração de mandado de segurança pelo solicitante visando à sua obtenção.

À luz da sistemática constitucional, o pedido formulado no mandado de segurança deve ser julgado:

- (A) improcedente, considerando que o instrumento adequado é o *habeas data*;
- (B) procedente, considerando que João, embora ocupe o cargo eletivo de vereador, não deixa de ser cidadão;
- (C) improcedente, considerando que as prerrogativas dos parlamentares não se confundem com as da Casa Legislativa;
- (D) improcedente, considerando que João não tem o poder de representação da Casa Legislativa, salvo se sua solicitação for ratificada *a posteriori*;
- (E) procedente, considerando que cada parlamentar está apto a exercer a integralidade dos poderes da Casa Legislativa, os quais instrumentalizam as funções dessa estrutura orgânica.

8

O prefeito do Município Beta, após a adoção dos procedimentos necessários, almejava criar duas empresas públicas, sendo uma delas destinada a desempenhar atividade econômica em sentido amplo, e a outra, a desempenhar atividade econômica em sentido estrito.

Ao questionar sua assessoria a respeito dessa possibilidade, foi-lhe corretamente respondido que a atividade econômica em sentido:

- (A) estrito, bem como a atividade econômica em sentido amplo, podem ser desempenhadas por empresa pública, sendo que, no exercício da última, terá os mesmos direitos e obrigações das empresas privadas;
- (B) estrito, bem como a atividade econômica em sentido amplo, podem ser desempenhadas por empresa pública, sendo que, no exercício da primeira, terá direitos e obrigações diferenciados em relação às empresas privadas;
- (C) estrito, bem como a atividade econômica em sentido amplo, podem ser desempenhadas por empresa pública, sendo que, no exercício da última, terá direitos e obrigações diferenciados em relação às empresas privadas;
- (D) amplo é privativa dos particulares, logo, só é possível a criação de empresa pública para desempenhar atividade econômica em sentido estrito, tendo os mesmos direitos e obrigações que as empresas privadas;
- (E) estrito é privativa dos particulares, logo, só é possível a criação de empresa pública para desempenhar atividade econômica em sentido amplo, tendo direitos e obrigações diferenciados em relação às empresas privadas.

9

João, deputado federal, solicitou que sua assessoria iniciasse estudos com o objetivo de subsidiar futuro projeto de lei visando à instituição de uma nova contribuição destinada ao custeio da seguridade social, diversa daquelas previstas expressamente na ordem constitucional.

Após a realização dos estudos necessários, a assessoria informou, corretamente, que as contribuições destinadas à finalidade almejada por João:

- (A) podem ser instituídas por lei ordinária ou lei complementar, sendo vedada a utilização de medida provisória;
- (B) são apenas aquelas referidas na Constituição da República de 1988, sendo vedada a instituição de outras mais;
- (C) podem ser instituídas por lei complementar, sendo possível a utilização de medida provisória;
- (D) podem ser instituídas por lei ordinária, sendo possível a utilização de medida provisória;
- (E) podem ser criadas apenas por lei complementar.

10

Marta e Ana entenderam que os direitos dos trabalhadores, incluindo os seus, foram prejudicados em razão da organização das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o que ocorrera, a seu ver, com a unificação das contas fundiárias dos trabalhadores. Por esse motivo, decidiram apresentar uma representação ao Ministério Público para que fosse ajuizada a medida judicial cabível, de modo que fosse reconhecida a irregularidade dessa situação, com a sua correlata correção.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Ministério Público:

- (A) não tem legitimidade para ajuizar qualquer ação, considerando que os beneficiários são indeterminados, podendo dispor livremente sobre o seu direito, além de se tratar de interesses individuais homogêneos sem natureza consumerista;
- (B) somente tem legitimidade para ajuizar uma ação penal, de modo que incidentalmente seja reconhecida a injuricidade do tratamento dispensado às contas do FGTS, com a correlata determinação de sua regularização;
- (C) tem legitimidade para ajuizar a ação civil pública, considerando a elevada conotação social do direito envolvido, ainda que os beneficiários possam ser individualmente determinados;
- (D) tem legitimidade para ajuizar a ação civil pública, desde que as medidas a serem adotadas não tenham reflexos diretos na esfera jurídica individual, considerando a disponibilidade dos interesses envolvidos;
- (E) não tem legitimidade para ajuizar qualquer ação, já que o objeto diria respeito a contribuições sociais, que têm natureza tributária, em relação às quais a instituição não pode atuar.

## Direito Tributário e Crimes Contra Ordem Tributária

11

Projeto de lei ordinária do Município Alfa, de iniciativa de vereador, pretende criar duas novas modalidades de extinção de crédito tributário, a saber, por meio da dação em pagamento de bens imóveis e da dação em pagamento de bens móveis. Em ambos os casos, o projeto de lei municipal prevê que o bem, objeto da dação em pagamento, deve se enquadrar em uma das hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei de Licitações.

Diante desse cenário, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) ambas as modalidades de extinção de crédito tributário são passíveis de criação por esse projeto de lei municipal;
- (B) tal projeto de lei apresenta vício formal, uma vez que se reserva a uma lei complementar nacional a criação de novas hipóteses de extinção do crédito tributário;
- (C) tal projeto de lei poderia prever apenas a dação em pagamento em bens imóveis como modalidade de extinção do crédito tributário, mas não em bens móveis;
- (D) o referido projeto de lei apresenta vício de iniciativa, uma vez que projetos de lei em matéria tributária devem ser apresentados privativamente pelo chefe do Poder Executivo;
- (E) nenhuma das modalidades previstas é possível de ser criada, pois o tributo deve ser adimplido apenas mediante prestação pecuniária.

12

A Companhia de Limpeza Urbana do Município Alfa, sociedade de economia mista municipal responsável pela limpeza urbana e coleta de lixo no território municipal, recebeu por lei municipal de iniciativa do prefeito a atribuição de fiscalizar e arrecadar a taxa de coleta de lixo proveniente de imóveis residenciais e comerciais, para custeio desta atividade específica. Dessa forma, aqueles que não pagavam a referida taxa começaram a sofrer cobranças judiciais de tais valores por parte do corpo de advogados da referida empresa estatal (selecionados por concurso público, porém contratados no regime CLT).

Diante desse cenário e à luz do entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) a lei não poderia atribuir a função de fiscalização e arrecadação dessa taxa, por ser um tributo, a uma pessoa jurídica de direito privado, mas somente a pessoas jurídicas de direito público;
- (B) a lei poderia atribuir a função de fiscalização e arrecadação dessa taxa a uma empresa pública, uma vez que seu capital social é integralmente titularizado por pessoas jurídicas de direito público, mas não a uma sociedade de economia mista;
- (C) a atribuição da função de fiscalização dessa taxa a tal empresa estatal não é possível, pois permitiria que o lançamento tributário fosse realizado por empregados que não são agentes da Administração Tributária Municipal;
- (D) a atribuição da função de arrecadação dessa taxa a tal empresa estatal não retira a condição de dívida ativa tributária desses débitos, não podendo ser cobrados judicialmente pelos advogados dessa empresa estatal;
- (E) a lei poderia atribuir a função de fiscalização e arrecadação dessa taxa a essa pessoa jurídica de direito privado, ainda que se configure como uma sociedade de economia mista.

**13**

Maria e seu pai José pretendem constituir uma sociedade limitada cuja finalidade será fazer a gestão, por meio de contratos de locação, do patrimônio imobiliário de ambos, composto por vinte imóveis. Para tanto, pretendem transferir, em realização de capital, todos os vinte imóveis de sua propriedade para a nova empresa, a qual passará a figurar como locadora nos contratos de locação.

Diante desse cenário e à luz da Constituição da República de 1988 e do entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) o ITBI não incidirá sobre essas transferências imobiliárias, por se tratar de transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- (B) o ITBI incidirá sobre essas transferências imobiliárias, sendo seu fato gerador a lavratura da escritura pública do negócio jurídico de transmissão;
- (C) o ITBI incidirá sobre essas transferências imobiliárias, sendo seu fato gerador a transcrição da propriedade realizada no registro de imóveis;
- (D) dado o caráter gratuito dessas transferências, incidirá sobre tais transmissões o ITCMD, sendo seu fato gerador a lavratura da escritura pública do negócio jurídico de transmissão;
- (E) dado o caráter gratuito dessas transferências, incidirá sobre tais transmissões o ITCMD, sendo seu fato gerador a transcrição da propriedade realizada no registro de imóveis.

**14**

De modo a tutelar a função social da propriedade urbana, a Constituição da República de 1988, em seu Art. 182, §4º, prevê a possibilidade de cobrança de IPTU progressivo no tempo.

São requisitos para a instituição dessa cobrança progressiva no tempo, EXCETO:

- (A) deve-se atender ao previsto no Estatuto da Cidade;
- (B) a previsão em lei complementar específica do Município da cobrança progressiva do IPTU no tempo;
- (C) a área sobre a qual recairá a cobrança progressiva do IPTU no tempo deve estar incluída no plano diretor;
- (D) é necessário que o proprietário do solo urbano não tenha edificado ou esteja subutilizando ou não utilizando seu imóvel;
- (E) é necessária a prévia notificação do proprietário para parcelamento ou edificação compulsórios de seu imóvel.

**15**

João, solteiro, pretende constituir hipoteca quanto a imóvel de sua propriedade em favor de Mário, em razão de vultoso empréstimo que contraiu com este último. Em razão disso, foi, então, informado por seu contador de que teria que separar recursos para recolher o ITBI e o ITCMD incidentes sobre tal constituição de hipoteca.

Acerca desse cenário, é correto afirmar que sobre tal constituição de hipoteca:

- (A) incidem tanto o ITBI como o ITCMD, à razão de 50% cada sobre o valor do empréstimo, por se tratar de hipótese de repartição de receita tributária constitucionalmente prevista;
- (B) incide o ITBI, à razão de 70% do valor do empréstimo, bem como o ITCMD, à razão de 30% do valor do empréstimo, por se tratar de hipótese de repartição de receita tributária constitucionalmente prevista;
- (C) incide apenas o ITCMD, dado o seu caráter não oneroso;
- (D) incide apenas o ITBI, dada a sua onerosidade e sua natureza de direito real celebrado *inter vivos*;
- (E) não podem incidir o ITBI nem o ITCMD.

**16**

Na seção “DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS” da Constituição da República de 1988, estão previstas regras sobre a distribuição, retenção ou restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta mesma seção, aos Municípios.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) Os Estados podem condicionar a entrega de recursos atribuídos aos Municípios na seção “DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS” da Constituição da República de 1988 ao pagamento dos créditos de suas autarquias estaduais.
- ( ) A União pode condicionar a entrega de recursos atribuídos aos Municípios na seção “DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS” da Constituição da República de 1988 ao cumprimento pelos Municípios dos percentuais mínimos de recursos constitucionalmente afetados à área da saúde.
- ( ) As renegociações de débitos tributários dos Municípios com a União conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados, nos termos da seção “DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS” da Constituição da República de 1988, relacionados às respectivas cotas no Fundo de Participação dos Municípios ou aos precatórios federais.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, F, F;
- (C) F, V, V;
- (D) F, V, F;
- (E) F, F, F.

17

Suponha que o Arquipélago de Fernando de Noronha voltou a ser qualificado legalmente como Território Federal não dividido em Municípios.

Diante dessa situação e à luz da Constituição da República de 1988 acerca da tributação em hipótese semelhante, é correto afirmar que:

- (A) ausente a divisão em Municípios, em tal Território Federal não poderá se realizar a cobrança de IPTU, mas sim de ISS e ITBI;
- (B) por não ser um Estado, em tal Território Federal a cobrança de ICMS deve ser feita em favor do ente federado estadual mais próximo geograficamente;
- (C) em tal Território Federal não dividido em Municípios, a União exercerá as competências tributárias federais e estaduais, mas não as municipais;
- (D) os projetos de lei sobre matéria tributária atinentes a tal Território Federal são de iniciativa privativa do presidente da República;
- (E) as alíquotas de ICMS a serem aplicadas nas operações realizadas em tal Território Federal deverão ser previstas em Resolução do Senado Federal.

18

O princípio tributário da capacidade contributiva é previsto no Art. 145, §1º, da Constituição da República de 1988, ao estabelecer que: "Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte [...]".

Acerca desse princípio e sua aplicação aos impostos previstos na Constituição da República de 1988, à luz do atual entendimento dominante sumulado do Supremo Tribunal Federal, o único imposto abaixo elencado que NÃO admite alíquotas progressivas é:

- (A) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;
- (B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
- (C) Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis *Inter Vivos*;
- (D) Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações;
- (E) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

19

Suponha que nova lei complementar federal, publicada em setembro de 2023, trouxe a previsão de que, a partir de outubro de 2023, o prazo geral de decadência tributária no país seria de três anos. Em sua justificativa, a lei afirma que, em razão das inovações tecnológicas dos últimos anos, não seria necessário manter prazos decadenciais tributários para além de três anos, devendo a Administração Tributária ser diligente na constituição do crédito tributário.

Acerca desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a fixação desse prazo em três anos, por violar o prazo geral previsto no Código Tributário Nacional;
- (B) não é possível a fixação desse prazo em três anos, por violar o prazo geral previsto na Constituição da República de 1988;
- (C) embora fosse possível que tal lei fixasse esse prazo em três anos, somente poderia produzir seus efeitos noventa dias após sua publicação;
- (D) embora fosse possível que tal lei fixasse esse prazo em três anos, somente poderia produzir seus efeitos a partir de 01/01/2024;
- (E) é possível a fixação desse prazo em três anos, inclusive produzindo seus efeitos a partir de outubro de 2023.

20

O Código Tributário Nacional (CTN), recepcionado como lei complementar pela Constituição da República de 1988, veicula requisitos a serem cumpridos para que certas pessoas jurídicas de direito privado possam gozar da imunidade tributária de impostos constitucionalmente prevista. Um desses requisitos é justamente o de aplicar integralmente, no Brasil, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

Acerca desta regra legal, a única pessoa jurídica abaixo que, à luz do texto do CTN, NÃO se submete a esse requisito é:

- (A) partido político;
- (B) fundação partidária de partido político;
- (C) entidade sindical de trabalhadores;
- (D) organização religiosa;
- (E) entidade beneficente de assistência social.

21

Um terreno de 200 m<sup>2</sup> no Município Alfa está localizado em perímetro urbano definido em lei municipal. O terreno é utilizado exclusivamente para o cultivo de cogumelos orgânicos realizado apenas por Mateus, possuidor do imóvel (mas que também é proprietário de outro imóvel no mesmo bairro). Mateus comercializa tais cogumelos em Feiras de Orgânicos promovidas ao redor da Cidade com as devidas autorizações da Prefeitura.

Acerca desse cenário e à luz do entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) a venda dos cogumelos em Feiras de Orgânicos configura fato gerador do ISS;
- (B) sobre o imóvel onde os cogumelos são cultivados incide o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
- (C) a licença municipal para o funcionamento da barraca de Feira de Orgânicos pode ser remunerada pela espécie tributária de taxa de serviço;
- (D) o mero possuidor de imóvel não é constitucionalmente considerado contribuinte de imposto incidente sobre a propriedade imobiliária;
- (E) a exploração desse diminuto imóvel apenas por Mateus garante a imunidade de imposto incidente sobre a propriedade imobiliária.

22

No Município Alfa, a contagem de prazos tributários se dá na mesma forma prevista pelo Código Tributário Nacional. Nesse Município, o dia do padroeiro, em 20 de janeiro de 2023 (uma sexta-feira), é feriado municipal.

Um prazo tributário municipal de sete dias, cujo início se dê em 19 de janeiro de 2023, terá como vencimento o dia:

- (A) 25 de janeiro de 2023;
- (B) 26 de janeiro de 2023;
- (C) 29 de janeiro de 2023;
- (D) 30 de janeiro de 2023;
- (E) 31 de janeiro de 2023.

**23**

No Município Alfa, localizado no Estado Beta, não existe lei municipal específica para parcelamento de débitos tributários de devedor em recuperação judicial. Existe apenas uma lei municipal geral de parcelamento de débitos tributários, mas o Estado Beta já conta com lei estadual específica para parcelamento de débitos tributários de devedor em recuperação judicial. A empresa ABC Serviços de Consertos Domiciliares (em recuperação judicial), devedora de ISS e IPTU, pretende parcelar seus débitos perante o Município.

À luz do texto do Código Tributário Nacional, ausente lei municipal específica para parcelamento de débitos tributários do devedor em recuperação judicial, a empresa poderá requerer tal parcelamento aplicando-se a lei:

- (A) específica do Estado Beta para parcelamento de devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei municipal geral de parcelamento;
- (B) específica do Estado Beta para parcelamento de devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica de parcelamento de devedor em recuperação judicial;
- (C) municipal geral de parcelamento, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei específica do Estado Beta para parcelamento de devedor em recuperação judicial;
- (D) municipal geral de parcelamento, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica de parcelamento de devedor em recuperação judicial;
- (E) federal específica para parcelamento de devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei específica do Estado Beta para parcelamento de devedor em recuperação judicial.

**24**

As obrigações tributárias acessórias ou instrumentais têm por objeto as prestações, positivas ou negativas, nelas previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Acerca dessa modalidade especial de obrigações tributárias, é correto afirmar que:

- (A) a fixação do prazo para seu cumprimento independe de previsão em lei;
- (B) aplica-se o princípio de que a obrigação acessória segue a obrigação principal;
- (C) interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias;
- (D) a concessão de isenção dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente;
- (E) a criação da obrigação acessória depende de previsão em lei.

**25**

Mário, administrador não sócio da empresa XYZ Ltda., prestadora de serviços, com o consentimento dos sócios, alterou o endereço de funcionamento da empresa sem notificar ao Fisco municipal. Em razão disso, quando o Fisco ajuizou execução fiscal para cobrar dívidas de ISS, não obteve sucesso em citar a empresa, tampouco tendo sido encontrados bens penhoráveis.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) como a empresa não deixou de funcionar, mas simplesmente mudou de endereço, não está caracterizada a dissolução irregular;
- (B) Mário, mesmo não ostentando a condição de sócio, pode ser responsabilizado tributariamente por eventual irregularidade que tenha cometido na gestão da empresa;
- (C) Mário, ao contar com o consentimento dos sócios para alterar o endereço, só responde subsidiariamente por eventuais débitos da empresa;
- (D) a hipótese configura mero inadimplemento tributário, razão pela qual não se admite o redirecionamento da execução fiscal nem para Mário, nem para os sócios;
- (E) a responsabilidade pessoal de Mário e dos sócios exclui a possibilidade de cobrança dos débitos diretamente da empresa.

**26**

O Município Alfa realizou lançamento de ofício para cobrança de IPTU referente a imóveis de propriedade da União, sob gestão da Infraero, arrendados para atividades comerciais de funcionamento de hangares.

Acerca desse cenário e à luz do entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) em razão de a União, proprietária do imóvel, ser entidade imune, não pode incidir IPTU sobre esses hangares;
- (B) em razão de a Infraero, gestora do imóvel, ser empresa estatal imune, não pode incidir IPTU sobre esses hangares;
- (C) o arrendamento para fins comerciais impede o gozo da imunidade, de modo que o Município poderia cobrar o IPTU da União;
- (D) o arrendamento para fins comerciais impede o gozo da imunidade, de modo que o Município poderia cobrar o IPTU da Infraero;
- (E) o Município poderia cobrar esse IPTU dos arrendatários dos hangares, em razão de sua atividade comercial, na condição de possuidores a qualquer título.

**27**

No lançamento por homologação, caso o sujeito passivo declare a menor e pague a menor o valor devido de tributo, mas havendo fraude comprovada, o prazo para realizar o lançamento de ofício da parcela suplementar será:

- (A) decadencial, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- (B) decadencial, contado da ocorrência do fato gerador;
- (C) prescricional, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- (D) prescricional, contado da ocorrência do fato gerador;
- (E) prescricional, contado da entrega da declaração.

28

João percebeu que lhe foi indevidamente cobrada certa taxa estadual. Irresignado, requereu administrativamente a restituição do indébito tributário. Contudo, na via administrativa, tal direito de restituição foi-lhe negado. Diante disso, optou por promover uma ação para anular a decisão administrativa que denegou a restituição do indébito tributário.

O prazo prescricional para que João promova a ação anulatória da decisão administrativa que denegou a restituição do indébito tributário é de:

- (A) um ano;
- (B) dois anos;
- (C) três anos;
- (D) quatro anos;
- (E) cinco anos.

29

Buscando ampliar a arrecadação tributária, lei ordinária municipal concedeu anistia de multas referentes a ISS não pago no momento devido, abarcando expressamente também a anistia de multas decorrentes de infrações tributárias resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas. Para fazer jus a essa anistia, o sujeito passivo deveria pagar o tributo no prazo fixado pela lei que a concedeu.

Acerca desse cenário, à luz do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) esta anistia concedida pelo Município configura uma anistia concedida em caráter geral;
- (B) a anistia configura uma causa de extinção do crédito tributário;
- (C) a anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não sendo possível à lei aplicá-la às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas;
- (D) caso haja expressa disposição legal, apesar do desvalor da ação ínsito no conluio, lei municipal pode anistiar as infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas;
- (E) a anistia pode abranger tanto as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede como infrações posteriores, desde que a lei preveja efeitos anistiadores *pro futuro*.

30

José, detentor de cargo de livre nomeação que nunca foi servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, chefia repartição pública municipal responsável pelos pagamentos dos servidores públicos. Nessa qualidade, José vem retendo para si o valor descontado no contracheque dos servidores referente à parcela das contribuições previdenciárias devidas por aqueles ao Regime Próprio dos Servidores.

Diante desse cenário, é correto afirmar que José cometeu o delito de:

- (A) sonegação previdenciária, previsto no Código Penal;
- (B) sonegação previdenciária, previsto na Lei de Crimes contra a Ordem Tributária;
- (C) apropriação indébita previdenciária, previsto no Código Penal;
- (D) apropriação indébita previdenciária, previsto na Lei de Crimes contra a Ordem Tributária;
- (E) apropriação indébita, previsto no Código Penal, por não ostentar a condição de servidor público ocupante de cargo efetivo.

## Legislação Específica

31

Dentre as pessoas e atividades abaixo elencadas, aquela que **NÃO** é isenta de ISS, à luz da atual redação do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), é a dos:

- (A) profissionais ambulantes;
- (B) espetáculos circenses nacionais e teatrais;
- (C) bancos de leite humano;
- (D) serviços de conservação de prédios de interesse histórico, desde que respeitem integralmente as características arquitetônicas das fachadas;
- (E) professores de educação física e recreação, possuidores de Alvará de Autorização Transitória, que prestam serviços de assessoria esportiva nos espaços públicos da orla do Município.

32

Acerca da base de cálculo do ISS no Município do Rio de Janeiro, à luz do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), é correto afirmar que:

- (A) não integram o preço do serviço, para efeitos de base de cálculo, os descontos ou abatimentos concedidos sob condição;
- (B) na prestação do serviço de reforma de edifícios, inclui-se na base de cálculo do ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador;
- (C) nas demolições, não se inclui no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte;
- (D) nos serviços típicos de editoras de música, a base de cálculo do ISS será igual ao total da receita auferida pela editora;
- (E) quando se tratar de organização de viagens, as agências poderão deduzir do preço contratado os valores relativos às passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como a hospedagem dos viajantes.

33

Em 2005, o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ) estabeleceu alíquota específica de ISS inferior a 2% para o serviço de erguimento de edificação para utilização como hotel, quando componente de obra licenciada.

À luz da legislação nacional tributária atualmente em vigor, tal alíquota prevista no CTM-RJ:

- (A) é ainda aplicável atualmente;
- (B) viola a alíquota mínima tributária de ISS atualmente prevista na Constituição da República de 1988;
- (C) viola a alíquota mínima tributária de ISS atualmente prevista na Lei Complementar nº 123/2006;
- (D) apenas poderia ser aplicada atualmente em Municípios com menos de vinte mil habitantes;
- (E) apenas poderia ser aplicada atualmente em Municípios com menos de cinquenta mil habitantes.

**34**

O Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ) autoriza que a base de cálculo do ISS seja calculada, em certas situações, por meio de estimativa.

Dentre os casos abaixo elencados, aquele em que a base de cálculo **NÃO** poderá ser objeto de estimativa, à luz da atual redação do CTM-RJ, é:

- (A) quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- (B) quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- (C) quando o contribuinte for profissional autônomo estabelecido;
- (D) quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
- (E) quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico.

**35**

ABC Ltda., contribuinte de ISS no Município do Rio de Janeiro, deixou de realizar o pagamento do ISS devido, uma vez que iniciou suas atividades de prestação de serviços antes da inscrição junto ao órgão competente.

Em virtude dessa infração e à luz do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), poderá ser-lhe aplicada uma multa punitiva tributária de:

- (A) 50% sobre o imposto apurado;
- (B) 60% sobre o imposto apurado;
- (C) 80% sobre o imposto apurado;
- (D) 100% sobre o imposto apurado;
- (E) 250% sobre o imposto apurado.

**36**

José, de 99 anos, é ex-combatente brasileiro da 2ª Guerra Mundial, tendo participado de operações bélicas na Itália. Ele é domiciliado e residente em imóvel na orla de Ipanema (Avenida Vieira Souto), no Município do Rio de Janeiro, pertencente a seu filho Mateus, que constituiu usufruto vitalício desse imóvel em favor de seu pai. No imóvel, reside também Maria, a companheira de José, com quem vive em união estável reconhecida por escritura pública há quinze anos e que foi designada como sua dependente e beneficiária regularmente inscrita perante o órgão previdenciário a que está vinculado José. Em agosto de 2023, José falece, e Maria, com a concordância de Mateus, continua a residir no imóvel.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), o referido imóvel:

- (A) era isento de IPTU enquanto José era vivo e nele residia, por sua condição de ex-combatente, deixando de ser isento após sua morte;
- (B) era isento de IPTU enquanto José era vivo e nele residia, por sua condição de ex-combatente, e continua a ser isento após sua morte, por ser a residência de Maria;
- (C) não era isento de IPTU enquanto José era vivo e nele residia, uma vez que não era seu proprietário, mas mero usufrutuário;
- (D) não era isento de IPTU enquanto José era vivo e nele residia, pois não se pode conceder tal isenção de IPTU a ex-combatentes, por violar o princípio da isonomia tributária;
- (E) não era isento de IPTU enquanto José era vivo e nele residia, pois situado em área nobre da cidade, qualificada como orla da Região C.

**37**

As normas para a determinação da base de cálculo do IPTU no Município do Rio de Janeiro seguem regras específicas presentes no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ) e muito mais detalhadas que a estrutura básica fixada pelo Código Tributário Nacional.

Acerca da fixação da base de cálculo do IPTU, à luz do CTM-RJ, é correto afirmar que:

- (A) na determinação do valor venal considera-se o valor dos bens móveis mantidos no imóvel em caráter permanente;
- (B) a área, para fins de apuração da base de cálculo, no caso de piscinas, será obtida através da medição dos contornos externos das paredes;
- (C) no caso de edificação com frente e numeração para mais de um logradouro, a base de cálculo para tributação corresponderá àquela do logradouro onde se situe a entrada principal da edificação;
- (D) no caso de terreno com mais de uma frente, será adotada, para efeito de tributação, a testada que corresponder à frente voltada para o logradouro que resulte no imposto de valor mais elevado;
- (E) nos imóveis ocupados por cinemas em atividade regular de funcionamento, a área a ser considerada na apuração da base de cálculo será a da sala de exibição, desde que nesses cinemas seja ultrapassado o número de dias de exibição de filmes brasileiros fixado por ato do Poder Executivo da União e o número de dias de exibição seja comprovado por certidão expedida pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

**38**

Acerca do pagamento do IPTU, à luz do texto expresso do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), é correto afirmar que:

- (A) o pagamento de cada cota mensal do IPTU somente será admitido se estiverem pagas as cotas anteriores;
- (B) o IPTU será pago de uma só vez ou em até dez cotas mensais, na forma e nos prazos fixados por ato do Poder Executivo;
- (C) por ato do prefeito, o Poder Executivo poderá autorizar desconto de até 7% para pagamento integral e antecipado do tributo;
- (D) por ato do prefeito, poderá ser instituído bônus fixo de incentivo à adimplência contínua das obrigações, principais e acessórias, relativas ao IPTU e à Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo;
- (E) o atraso no cumprimento de qualquer obrigação acarretará a perda total dos bônus acumulados em decorrência de incentivo à adimplência contínua das obrigações relativas ao IPTU e à Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo.

**39**

A fim de que a Administração Tributária do Município do Rio de Janeiro possa exercer devidamente a fiscalização do IPTU, o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ) estabelece uma série de deveres instrumentais relativos a esse tributo. Acerca de tais deveres, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) Os terrenos de titularidade desconhecida que sejam objeto de posse poderão ser inscritos a título precário, mediante processo e exclusivamente para efeitos fiscais, devendo ser aposto ao nome do titular a palavra "posse".
- ( ) A inscrição imobiliária importa presunção, por parte do Município, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.
- ( ) Os prédios não legalizados poderão, a critério da autoridade administrativa, ser inscritos a título precário, exclusivamente para efeitos fiscais.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, F, V;
- (C) F, V, V;
- (D) F, V, F;
- (E) F, F, F.

**40**

O Estado do Rio de Janeiro pretende alienar área no bairro de Copacabana remanescente de obra pública, que se tornou inaproveitável isoladamente, a José, proprietário de imóvel lindeiro. O preço a ser cobrado não é inferior ao de avaliação feita dentro da média do mercado imobiliário na região, nem superior a 50% do valor máximo permitido para dispensa de licitação e serviços previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de modo a possibilitar a investidura. Contudo, segundo o serviço de "Simulação de Valor" no Portal Carioca Digital, o valor venal dessa área remanescente, para efeitos de ITBI, era superior àquele da avaliação feita pelo Estado do Rio de Janeiro.

A respeito desse cenário e levando em consideração a Lei municipal nº 1.364/1988 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) o Município do Rio de Janeiro não poderia cobrar tal ITBI em razão de que o alienante é ente federado imune;
- (B) o Município do Rio de Janeiro poderia cobrar 50% do valor do ITBI do adquirente José;
- (C) a alíquota de ITBI a ser aplicada sobre tal transmissão imobiliária é reduzida para 2% do valor venal do imóvel;
- (D) tal imóvel, a ser alienado a José, proprietário de imóvel lindeiro, pode se beneficiar de isenção tributária de ITBI na transmissão imobiliária;
- (E) deve prevalecer, como base de cálculo desse ITBI, o valor venal definido pela "Simulação de Valor" no Portal Carioca Digital, por gozar de presunção absoluta de certeza e liquidez.

**41**

A base de cálculo do ITBI, no Município do Rio de Janeiro, poderá variar de acordo com a modalidade de transmissão da propriedade ou de direitos reais sobre imóveis, ou cessões de direitos relativas a tais transmissões.

Acerca desse tema, à luz da Lei municipal nº 1.364/1988, tomar-se-á como base de cálculo do ITBI:

- (A) na instituição de usufruto, 70% do valor do bem;
- (B) na extinção de usufruto, 25% do valor do bem;
- (C) na aquisição da nua-propriedade, 50% do valor do bem ou direito;
- (D) na aquisição da nua-propriedade, 75% do valor do bem ou direito;
- (E) na permuta, 50% do valor do bem.

**42**

Os titulares de serventias extrajudiciais (tabeliães e oficiais de registro), por força de previsões expressas na Lei municipal nº 1.364/1988, também possuem obrigações acessórias relativas ao ITBI.

Acerca desse tema e à luz do CTM-RJ, NÃO corresponde a uma obrigação acessória dos titulares de serventias extrajudiciais:

- (A) quando tiverem de lavrar instrumento translativo de imóveis ou de direito sobre imóveis, de que resulte obrigação de pagar o imposto, os tabeliães deverão conferir todos os elementos do documento de arrecadação do imposto e transcrever para o referido instrumento todos os elementos constantes do documento de arrecadação do imposto;
- (B) nos casos de imunidade, não incidência, isenção ou suspensão de exigibilidade do imposto, deverão ser conferidos todos os elementos constantes do certificado declaratório de reconhecimento do direito emitido pela autoridade municipal competente, e transcritos para o instrumento o seu respectivo número e a existência de condição, se for o caso;
- (C) os tabeliães ficarão obrigados à verificação da autenticidade do documento de arrecadação ou do certificado declaratório de reconhecimento de imunidade, não incidência, isenção ou suspensão de exigibilidade do imposto, nos termos a serem definidos em Regulamento;
- (D) os oficiais de Registro de Distribuição deverão enviar à Secretaria Municipal de Fazenda informações sobre instrumentos de transmissão de imóveis e de direitos a eles relativos que tenham sido lavrados, nos prazos e na forma a serem definidos em Regulamento;
- (E) sempre que tiverem de efetuar o registro, a transcrição, a averbação ou a inscrição do imóvel ou do direito, os oficiais de Registro de Imóveis deverão conferir todos os elementos do documento de arrecadação do imposto e transcrever o seu respectivo número, ou o número do certificado declaratório de reconhecimento de imunidade, não incidência, isenção ou suspensão de exigibilidade do imposto, e a eventual condição suspensiva dele constante.

**43**

Para substituir a Taxa de Iluminação Pública, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição da República de 1988 foi emendada, passando a prever, em seu Art. 149-A, a possibilidade de que os Municípios e o Distrito Federal instituam, na forma das respectivas leis, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (Cosip). No Município do Rio de Janeiro, a Cosip foi instituída por meio da Lei municipal nº 5.132/2009.

À luz da referida lei municipal, sobre a Cosip no Município do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) aplica-se o IGP-M para atualização monetária dos débitos de Cosip do sujeito passivo tributário;
- (B) os imóveis destinados ao uso de templos religiosos de qualquer culto são imunes da cobrança da Cosip;
- (C) o montante arrecadado da Cosip será destinado ao Fundo Especial de Iluminação Pública, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda;
- (D) na hipótese de adimplemento parcial da fatura de energia elétrica, a imputação do respectivo pagamento deve-se dar em partes proporcionais entre o crédito da concessionária de energia elétrica e o débito da Cosip;
- (E) o recolhimento da Cosip fora do prazo não acarretará ao contribuinte a incidência de quaisquer acréscimos legais desde que efetuado antes do encaminhamento, à Secretaria Municipal de Fazenda, da relação de inadimplentes pela concessionária de energia elétrica.

**44**

Acerca da modalidade de lançamento da Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos e da Taxa de Fiscalização de Cemitérios, conforme previsto no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), é correto afirmar que:

- (A) ambas as taxas se submetem a lançamento por homologação;
- (B) ambas as taxas se submetem a lançamento por declaração;
- (C) a Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos submete-se a lançamento por homologação, e a Taxa de Fiscalização de Cemitérios se submete a lançamento por declaração;
- (D) a Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos submete-se a lançamento de ofício, e a Taxa de Fiscalização de Cemitérios se submete a lançamento por homologação;
- (E) a Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos submete-se a lançamento por homologação, e a Taxa de Fiscalização de Cemitérios se submete a lançamento de ofício.

**45**

À luz do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), os prazos de pagamento dos tributos devidos ao Município do Rio de Janeiro são fixados:

- (A) por ato do Poder Executivo, em trinta dias, contados a partir da notificação do sujeito passivo, para todos os tributos;
- (B) por ato do Poder Executivo, em ato publicado até 30 de dezembro de cada ano, podendo ser alterados por superveniência de fatos que o justifiquem;
- (C) no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro em trinta dias, contados a partir da notificação do sujeito passivo, para todos os tributos;
- (D) no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro em trinta dias, contados a partir da notificação do sujeito passivo para impostos, e em sessenta dias, contados a partir da notificação do sujeito passivo para taxas e contribuições de melhoria;
- (E) no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro em quarenta e cinco dias, contados a partir da notificação do sujeito passivo para impostos, e em trinta dias, contados a partir da notificação do sujeito passivo para taxas e contribuições de melhoria.

**46**

Acerca das multas moratórias tributárias, à luz do texto do Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), os tributos municipais não pagos no vencimento ficam sujeitos à multa moratória de:

- (A) 6%, se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês de vencimento;
- (B) 8%, se o pagamento for efetuado do primeiro ao décimo quinto dia do mês seguinte ao do vencimento;
- (C) 10%, se o pagamento for efetuado do dia dezesseis ao último dia útil do mês seguinte ao do vencimento;
- (D) 14%, se o pagamento for efetuado do primeiro ao último dia útil do segundo mês seguinte ao do vencimento;
- (E) 18%, se o pagamento for efetuado a partir do primeiro dia do terceiro mês seguinte ao do vencimento até a data do pagamento.

**47**

Prevendo que uma série de créditos tributários iriam prescrever dentro do prazo de 10 dias, o Município do Rio de Janeiro imediatamente inscreveu-os todos em dívida ativa (antes que se passassem os 10 dias), propondo a execução fiscal destes créditos 140 dias após sua inscrição em dívida ativa.

Acerca desse cenário, não obstante a previsão contida no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), considerando exclusivamente o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, tais créditos objeto dessa execução fiscal:

- (A) estão prescritos, pois tal inscrição em dívida ativa não suspende nem interrompe a prescrição;
- (B) não estão prescritos, pois tal inscrição em dívida ativa suspende a prescrição por 180 dias;
- (C) estão prescritos, pois tal inscrição em dívida ativa suspende a prescrição por 120 dias;
- (D) não estão prescritos, pois tal inscrição em dívida ativa interrompe a prescrição por 180 dias;
- (E) estão prescritos, pois tal inscrição em dívida ativa interrompe a prescrição por 120 dias.

48

Acerca do depósito administrativo tributário, é correto afirmar que, de acordo com o previsto no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ):

- (A) o depósito parcial não poderá ser utilizado para amortização do valor total do tributo devido;
- (B) no caso de devolução do depósito, por ter sido reconhecido o direito do depositante, será o seu valor acrescido de juros de cinco décimos por cento ao mês, calculados esses acréscimos entre a data do depósito e a data de sua devolução;
- (C) no caso de devolução do depósito, por ter sido reconhecido o direito do depositante, o seu valor será atualizado pelo IGP-M entre a data do depósito e a de sua devolução;
- (D) a importância depositada deverá ser devolvida ao contribuinte no prazo de quinze dias contados da data em que for requerida sua devolução;
- (E) com exceção das demais hipóteses de suspensão de exigibilidade previstas no Código Tributário Nacional, somente o depósito integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade, inclusive o depósito com desconto previsto para pagamento de tributos em cota única.

49

Acerca das penalidades tributárias previstas no Código Tributário do Município do Rio de Janeiro (CTM-RJ), analise as afirmativas a seguir.

- I. Não será considerado infrator aquele que se encontrar na pendência de consulta, regularmente apresentada.
- II. As infrações de caráter formal somente serão apenadas quando não concorrerem para o agravamento de infração relativa à obrigação principal.
- III. É fixado em 1 (uma) UNIF o valor mínimo das multas aplicáveis pelos órgãos municipais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

50

No Município do Rio de Janeiro, a atualização monetária dos créditos não tributários é feita, nos termos da Lei municipal nº 3.145/2000, pelo(a):

- (A) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);
- (B) Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E);
- (C) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
- (D) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
- (E) Taxa Selic.

## Processo Administrativo-Tributário

51

É necessário que o peticionamento seja realizado de forma adequada nos procedimentos e nos processos administrativo-tributários no Município do Rio de Janeiro, de modo que os pleitos dos postulantes possam ser devidamente analisados.

Acerca desse tema, à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, é correto afirmar que:

- (A) o erro na indicação da autoridade ou do órgão competente a quem se dirige a petição torna-a inepta, devendo ser liminarmente indeferida sem resolução do mérito, sem prejuízo de que o postulante protocole nova petição contendo o mesmo pedido;
- (B) faculta-se ao interessado a apresentação de documentos em formato PDF, com o uso de assinatura digital, que deverão ser transmitidos exclusivamente por meio de carregamento no Portal Carioca Digital, não sendo admitida a utilização de correio eletrônico;
- (C) a apresentação de documentos em forma eletrônica poderá ocorrer até as 24h00 (vinte e quatro horas) do último dia do prazo previsto para a prática do ato, no horário oficial de Brasília;
- (D) os documentos que acompanham uma petição podem ser apresentados por cópia reprográfica permanente, podendo ser exigida, por parte da autoridade municipal, a conferência com o original apenas no ato do recebimento dos documentos;
- (E) a aposição de assinatura digital deverá ser feita por certificado digital, emitido por Autoridade Certificadora integrante da Infraestrutura da Chave Pública Brasileira, que não tenha sido revogado e que esteja dentro de seu prazo de validade, ou por meio de junção de imagem escaneada da assinatura física do postulante grafada em tinta azul ou preta.

52

José, contribuinte de IPTU, em 2023, protocolou petição em face da Notificação de Lançamento do IPTU, buscando impugnar o valor venal de imóvel atribuído pelo Município do Rio de Janeiro para fins de cobrança de tal tributo. Ao analisar o processo, a autoridade administrativa indicou a José que deveria produzir certas provas que julgava indispensáveis à formação de seu convencimento, deferindo-lhe prazo para esse fim. Decorrido o prazo sem o cumprimento da exigência, o titular do órgão lançador negou seguimento à impugnação, por falta de provas técnicas que a justifiquem.

À luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, desta última decisão caberá recurso à autoridade julgadora de primeira instância no prazo de:

- (A) dez dias;
- (B) quinze dias;
- (C) trinta dias;
- (D) quarenta e cinco dias;
- (E) sessenta dias.

53

Informática Legal Ltda., empresa prestadora de serviços na área de informática sediada no Município do Rio de Janeiro e contribuinte de ISS apurado pelo Sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – NOTA CARIOCA, não estando sob ação fiscal, compareceu ao órgão fazendário municipal apresentando solicitação relacionada a suas obrigações tributárias. Em exame daí decorrente, ficou constatada a existência de débito de ISS, por falta de pagamento oriunda de erro de cálculo na apuração do imposto a ser pago.

Acerca desse cenário e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, é correto afirmar que:

- (A) na falta de pagamento do ISS apurado pelo Sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA, a Coordenadoria do ISS e Taxas científicará a empresa da obrigatoriedade da quitação mediante publicação de edital no portal da NFS-e – NOTA CARIOCA na internet, dispensada a publicação no Diário Oficial do Município;
- (B) a Gerência de Fiscalização competente fará publicar edital de intimação do auto de infração eletrônico à empresa, para pagamento ou impugnação da exigência fiscal no prazo de sessenta dias, a contar de sua publicação;
- (C) o inteiro teor do auto de infração será publicado no Diário Oficial do Município, assim como disponibilizado à empresa pelo Sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA;
- (D) não efetuado pela empresa o recolhimento espontâneo, será lavrado auto de infração eletrônico, ficando dispensada a multa imposta caso a empresa, no prazo de trinta dias a partir da ciência do auto de infração, pague o débito com a devida atualização e com os acréscimos moratórios;
- (E) efetuada a revisão de ofício do auto de infração eletrônico, a empresa será cientificada da alteração do lançamento por meio de publicação de edital no Diário Oficial do Município, sendo-lhe devolvido o prazo de sessenta dias para impugnação ou pagamento do crédito tributário com o benefício, quando cabível, da redução das penalidades previstas em lei.

54

Entidade beneficente de assistência social portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), em 2023, impugnou lançamento administrativo de IPTU, no valor atualizado de duzentos mil reais, feito contra si pelo Município do Rio de Janeiro, referente a imóvel de sua propriedade. A entidade não efetua o depósito do valor impugnado e alega fazer jus à imunidade constitucional tributária do IPTU, razão pela qual a cobrança seria indevida. O litígio está para ser julgado em primeira instância administrativo-tributária acerca da presença ou não da imunidade alegada pela entidade.

Diante desse cenário e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, é correto afirmar que:

- (A) por envolver alegação constitucional, o litígio será julgado em primeira instância pelo Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro, em razão da cláusula de reserva de Plenário;
- (B) por se tratar de alegação em matéria constitucional, da decisão de primeira instância contrária aos interesses da entidade caberá recurso especial ao secretário municipal de Fazenda;
- (C) se a decisão de primeira instância exonerar totalmente a entidade do pagamento desse crédito tributário, não será interposto recurso de ofício mediante declaração na própria decisão;
- (D) caso a decisão de primeira instância seja contrária aos interesses da entidade, caberá pedido de reconsideração ao titular da Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários;
- (E) se a entidade interpuser recurso voluntário contra decisão de primeira instância contrária a seus interesses, tal interposição suspenderá o curso da mora.

55

A Instância Especial no processo contencioso administrativo-tributário do Município do Rio de Janeiro é uma via recursal excepcional, em que a autoridade competente para julgar o recurso será o próprio secretário municipal de Fazenda. Naturalmente, suas hipóteses de cabimento são bastante restritas.

A esse respeito e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, a única hipótese listada abaixo em que a decisão final não unânime do Conselho de Contribuintes poderá ser objeto de recurso especial é a decisão que:

- (A) verse sobre valor venal de imóveis;
- (B) seja relativa a pedidos de diligência ou perícia e a propostas de conversão do julgamento em diligência;
- (C) adote entendimento de súmula administrativa com efeito vinculante do Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro;
- (D) adote entendimento de Parecer Normativo da Procuradoria Geral do Município;
- (E) apresente valor do crédito tributário em litígio entre R\$ 300.000,00 e R\$ 500.000,00.

56

Uma associação civil sem fins lucrativos, que atua como órgão de classe representante de certa categoria profissional, resolveu protocolar, perante a Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, uma petição consultando sobre a interpretação da legislação tributária municipal em um tema de ISS que afetava diretamente seus representados.

Diante desse cenário e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, é correto afirmar que:

- (A) a consulta formulada por tal órgão de classe, visando à orientação a ser adotada por seus representados, alcança todos os que nela estejam identificados, inclusive aqueles que, na data da apresentação da consulta, estejam submetidos à ação fiscal;
- (B) para que a consulta seja analisada, não basta a apresentação de autorização expressa dos associados em estatuto para representá-los administrativamente, devendo o órgão de classe convocar assembleia específica da categoria com o fim de autorizar expressamente tal consulta;
- (C) a resposta à consulta formulada por tal órgão de classe, em nome de seus representados, fica condicionada à aprovação do auditor chefe da Receita Municipal;
- (D) é definitiva a solução dada à consulta pelo secretário municipal de Fazenda e Planejamento no caso desta consulta formulada por órgão de classe representante de categoria profissional, em nome de seus representados;
- (E) como requisito de admissibilidade da petição de consulta, o órgão de classe representante de certa categoria profissional necessita comprovar a filiação de ao menos vinte associados.

57

Partido político requereu administrativamente o reconhecimento da imunidade tributária de IPTU de prédio de sua propriedade alugado a terceiros, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Já constava contra este imóvel uma série de Notificações de lançamentos tributários não pagos até a data do protocolo do pedido de reconhecimento da imunidade. Ademais, o representante legal do partido não chegou a protocolar pedido administrativo de reconhecimento de imunidade de um terreno vazio, com matrícula imobiliária própria, de propriedade do mesmo partido, ao lado da sua sede regional carioca, usado como estacionamento gratuito de seus funcionários e políticos a ele filiados.

Diante desse cenário e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, é correto afirmar que:

- (A) a existência de Notificação de Lançamento do IPTU sem o devido pagamento obsta o exame do pedido de reconhecimento de imunidade deste partido político;
- (B) ao procedimento que versar sobre reconhecimento de imunidade de IPTU não se aplica o disposto na Seção sobre Consulta Tributária do Decreto municipal nº 14.602/1996;
- (C) a autoridade lançadora, no caso do IPTU, poderá determinar a abertura de procedimento de ofício para reconhecimento da imunidade do terreno vazio usado como estacionamento gratuito;
- (D) a decisão de primeira instância sobre o reconhecimento da imunidade do prédio cabe ao auditor chefe da Receita Municipal;
- (E) a decisão final de reconhecimento de imunidade no procedimento administrativo-tributário não é vinculante para os órgãos julgadores do contencioso administrativo quando as respectivas questões forem suscitadas como causa de pedir no seio de impugnação a Auto de Infração ou Nota de Lançamento.

58

A quantia recolhida indevidamente aos cofres municipais em pagamento de crédito tributário é considerada indébito tributário, sendo cabível sua restituição ao sujeito passivo.

Sobre esse tema e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) O sujeito passivo tem direito à restituição do pagamento do IPTU incidente sobre imóvel parcialmente desapropriado, proporcionalmente à área objeto da desapropriação, relativo ao período compreendido entre o exercício seguinte ao do ato declaratório de utilidade pública e o da efetivação da desapropriação.
- ( ) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos acréscimos legais, salvo os referentes à infração de caráter formal não prejudicada pela causa da restituição.
- ( ) No caso de indébito decorrente de pagamento dividido em cotas, o prazo para o exercício do direito de pleitear a restituição será contado a partir da data de recolhimento de cada cota.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, F, V;
- (C) F, V, F;
- (D) F, F, V;
- (E) F, F, F.

59

Clínica de Bons Olhos Ltda., prestadora de serviços médicos na área de oftalmologia no Município do Rio de Janeiro, tem um valor atualizado de quarenta mil reais referente a ISS pago a maior indevidamente aos cofres municipais. Por isso, a clínica efetuou lançamento em seus livros fiscais, para fins de amortização de débitos futuros, desses pagamentos realizados indevidamente.

Diante desse cenário e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, assinale a única condição cujo cumprimento é dispensado para que a clínica possa realizar tal lançamento:

- (A) condição de a amortização se referir ao mesmo tributo em relação ao qual o contribuinte tenha realizado o pagamento indevido, a saber, o próprio ISS;
- (B) condição de, nos casos em que o ônus tributário do ISS não tenha sido repassado ao consumidor, apresentar autorização deste, outorgando poderes à clínica para pleitear devolução do valor pago indevidamente;
- (C) condição de a entrada em receita dos valores pagos ser confirmada mediante certidão expedida pela Coordenadoria do ISS e Taxas;
- (D) condição de que haja observância do prazo de cinco anos, contados da data do pagamento indevido, para sua utilização na amortização de créditos tributários;
- (E) condição de comprovação do pagamento indevido, através de guias devidamente autenticadas pela rede bancária arrecadadora, para posterior exame da fiscalização.

60

O Decreto municipal nº 14.602/1996 regulamenta os meios pelos quais o sujeito passivo poderá proceder ao depósito total ou parcial do crédito tributário impugnado, administrativa ou judicialmente, ou referente à questão tributária sob exame em procedimento de consulta, pedido de reconhecimento de imunidade, não incidência ou isenção.

Acerca do tema do depósito administrativo e à luz do Decreto municipal nº 14.602/1996, analise as afirmativas a seguir.

- I. O depósito será efetuado na Subsecretaria de Tributação e Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda.
- II. O depósito poderá ser levantado a qualquer momento pela simples manifestação de vontade do depositante.
- III. Quando a lei estabelecer a possibilidade de o tributo ser pago em quotas, o depósito de cada uma delas até a data de seu vencimento suspende a exigibilidade do crédito desde que as demais parcelas sejam também depositadas tempestivamente.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

## Simples Nacional

61

O único tributo e respectivo fato gerador abarcado pelo regime do Simples Nacional indicado abaixo é:

- (A) o Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- (B) a Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;
- (C) o IPI incidente na importação de bens;
- (D) a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- (E) o ISS devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte.

62

Acerca do microempreendedor individual (MEI) e sua sistemática prevista na Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar que:

- (A) a tributação municipal do IPTU deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir;
- (B) poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, com dois empregados que recebam exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- (C) o MEI constituído na forma de *startup* pode optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês;
- (D) a opção pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta auferida no mês pelo MEI, poderá ser alterada dentro do mesmo ano-calendário;
- (E) o MEI poderá ter sua inscrição automaticamente cancelada somente após o período de 24 meses consecutivos sem recolhimento ou declarações, independentemente de qualquer notificação, devendo a informação ser publicada no Portal do Empreendedor, na forma regulamentada pelo CGSIM.

63

A opção pelo Simples Nacional implica aceitação de sistema de comunicação eletrônica, destinado, dentre outras finalidades, a comunicar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do regime e a ações fiscais; a encaminhar notificações e intimações; e a expedir avisos em geral.

Acerca de tal sistema eletrônico e à luz da Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar que:

- (A) as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, seguindo-se a sua imprescindível publicação no Diário Oficial, mas dispensado o envio por via postal;
- (B) a comunicação feita pelo sistema de comunicação eletrônica será considerada pessoal para todos os efeitos legais;
- (C) por se tratar de sistema eletrônico, considerar-se-á realizada a comunicação no mesmo dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação, inclusive se esta ocorrer em dia não útil;
- (D) ocorrerá a intimação tácita se a consulta não for feita em até trinta dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal, ou em prazo superior estipulado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional;
- (E) a ciência por meio do sistema de comunicação eletrônica do Simples Nacional deverá ser feita apenas mediante utilização de certificação digital, não sendo possível o uso de código de acesso.

**64**

Acerca da retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional que observam o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação.
- ( ) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, caberá a retenção na fonte pela alíquota efetiva de 2%.
- ( ) Não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, V, F;
- (C) V, F, V;
- (D) F, V, F;
- (E) F, F, V.

**65**

A Lei Complementar nº 123/2006 veicula algumas situações que, caso presentes, impedem a microempresa ou empresa de pequeno porte de recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional.

A única situação que não impede a adesão ao Simples Nacional por parte de tais empresas é:

- (A) possuir débito de foro com a União cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- (B) prestar serviço de transporte intermunicipal de passageiros por via fluvial;
- (C) exercer atividade de produção de munição;
- (D) exercer atividade de produção de cervejas sem álcool por cervejaria de grande porte;
- (E) realizar cessão de mão de obra.

**66**

Nos termos da Resolução CGSN nº 140/2018, compõe(m) a receita bruta para fins de enquadramento da microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) no Simples Nacional:

- (A) as verbas de patrocínio;
- (B) a venda de bens do ativo imobilizado;
- (C) os juros moratórios auferidos em decorrência do atraso no pagamento de operações ou prestações;
- (D) os valores recebidos a título de multa por rescisão contratual que não corresponda à parte executada do contrato;
- (E) os rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável.

**67**

O cálculo do valor devido na forma prevista no Simples Nacional deverá ser efetuado por meio da declaração gerada pelo “Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D)”, disponível no Portal do Simples Nacional na internet. Por sua vez, a alteração das informações prestadas no PGDAS-D será efetuada por meio de retificação relativa ao respectivo período de apuração.

À luz da Resolução CGSN nº 140/2018, analise as afirmativas a seguir acerca da retificação via PGDAS-D.

- I. O direito de a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) retificar as informações prestadas no PGDAS-D extingue-se em cinco anos contados a partir do 1º dia do exercício seguinte àquele ao qual se refere a declaração.
- II. A alteração das informações prestadas no PGDAS-D será efetuada por meio de retificação relativa ao respectivo período de apuração, e terá a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, substituindo-a integralmente, servindo para declarar novos débitos e aumentar ou reduzir os valores de débitos já informados.
- III. A retificação não produzirá efeitos quando tiver por objeto reduzir débitos relativos aos períodos de apuração cujos saldos a pagar tenham sido objeto de pedido de parcelamento deferido ou já tenham sido enviados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU).

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

**68**

Os débitos tributários apurados no Simples Nacional poderão ser objeto de parcelamento, na forma e condições previstas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Acerca desse tipo de parcelamento tributário, de acordo com a Resolução CGSN nº 140/2018, é correto afirmar que:

- (A) o prazo máximo de parcelamento será de até noventa parcelas mensais e sucessivas;
- (B) no caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o devedor será liberado do pagamento de custas e emolumentos, mas não dos demais encargos legais;
- (C) é permitida a concessão de parcelamento para sujeitos passivos com falência decretada;
- (D) o parcelamento dos tributos no Simples Nacional aplica-se às multas por descumprimento de obrigação acessória;
- (E) as multas de ofício vinculadas a débitos já vencidos poderão ser parceladas antes da data de vencimento.

69

As ações fiscais referentes ao Simples Nacional serão registradas no Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (Sefisc) e, caso verificada infração à legislação tributária por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, deverá ser lavrado o respectivo Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF), emitido por meio do Sefisc. Acerca dos temas do registro da ação fiscal, do auto de infração e notificação fiscal, à luz da Resolução CGSN nº 140/2018, é correto afirmar que:

- (A) o mesmo ente federado que abrir a ação fiscal deverá encerrá-la, observado o prazo específico previsto na Lei Complementar nº 123/2006;
- (B) para a apuração do crédito tributário, deverão ser consideradas as receitas de cada estabelecimento da ME ou da EPP;
- (C) a ação fiscal relativa ao Simples Nacional poderá ser realizada por estabelecimento, porém o AINF deverá ser lavrado sempre com o CNPJ da matriz;
- (D) o AINF é o documento único de autuação, a ser utilizado por todos os entes federados, nos casos de inadimplemento das obrigações tributárias principais e acessórias relacionadas ao Simples Nacional;
- (E) é obrigatório o registro no Sefisc da autuação por descumprimento de obrigação acessória por parte da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.

70

ABC Ltda. EPP (empresa de pequeno porte), prestadora de serviços optante pelo Simples Nacional com sede no Município do Rio de Janeiro, foi excluída de ofício de tal regime tributário especial. Por essa razão, protocolou impugnação contra a decisão administrativa de sua exclusão.

Nos termos do Decreto Rio nº 39.733/2015, acerca de tal impugnação, é correto afirmar que:

- (A) desta decisão de exclusão cabe impugnação ao titular da Gerência de Fiscalização do ISS competente;
- (B) o prazo para tal impugnação é de até quinze dias;
- (C) o prazo para tal impugnação conta-se da data da juntada aos autos do comprovante de intimação do Termo de Exclusão;
- (D) tal impugnação deverá ser apresentada à Gerência de Fiscalização do ISS a que estiver vinculado o contribuinte;
- (E) da decisão da impugnação caberá recurso ao subsecretário de Tributação e Fiscalização.

## Auditoria Fiscal Eletrônica

71

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) foi instituído para unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Acerca do Sped, à luz do Decreto nº 6.022/2007, é correto afirmar que:

- (A) o Sped manterá funcionalidades de uso exclusivo dos órgãos de registro para as atividades de autenticação de livros mercantis;
- (B) as entidades imunes não se submetem ao Sped, mas a sistema próprio de escrituração contábil e fiscal denominado Sistema Público de Escrituração Digital de Entidades Imunes (Sped-Imune);
- (C) as Secretarias de Fazenda de Municípios com menos de dez mil habitantes ficam dispensadas de celebrar convênios com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para se tornarem usuárias do Sped;
- (D) a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deve indicar representantes dos empresários, das pessoas jurídicas e de entidades de âmbito nacional representativas dos profissionais da área contábil para participar nas atividades relacionadas ao Sped;
- (E) a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá, de modo centralizado, estabelecer a obrigatoriedade, periodicidade e prazos de apresentação dos livros e documentos a serem exigidos por todos os entes federados, por intermédio do Sped.

72

A Instrução Normativa nº 2.003/2021, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD). Nos termos dessa Instrução, deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial. Contudo, excepcionalmente, essa obrigação não se aplica a certas pessoas jurídicas.

Dentre as pessoas jurídicas abaixo listadas, a única que está obrigada a apresentar a ECD é o(a):

- (A) Zoológico do Município Alfa, fundação pública de direito público;
- (B) entidade binacional "Itaipu Binacional";
- (C) Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município Alfa, que auferiu, no ano-calendário, receitas no valor de cinco milhões;
- (D) ABC Máquinas Ltda., pessoa jurídica inativa, por não ter efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário;
- (E) ABC Clínica Ltda. ME, pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) e que não recebeu aporte de capital.

**73**

A Lei nº 5.098/2009, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) do Município do Rio de Janeiro, estabelece também que o Poder Executivo, no interesse da política fiscal de tributação, arrecadação e fiscalização, poderá conceder incentivos em favor de tomadores de serviços que receberem a NFS-e dos respectivos prestadores estabelecidos no Município do Rio de Janeiro.

Acerca desses incentivos e à luz da Lei nº 5.098/2009, é correto afirmar que:

- (A) a ABC Ltda., tomadora de serviços, poderá participar de sorteio de prêmios entre tomadores que receberem a NFS-e, como forma de incentivo;
- (B) o prefeito do Município do Rio de Janeiro pode suspender a concessão de incentivos por ato próprio, desde que haja prévia autorização da Câmara Municipal;
- (C) o crédito de percentual do valor do ISS a ser abatido do IPTU sofrerá redução de 50% quando o pagamento do ISS se der após inscrição em dívida ativa;
- (D) José, tomador de serviço, poderá aproveitar o crédito correspondente a percentual do valor do ISS relativo a cada NFS-e recebida por ele para abater do IPTU a pagar em cada exercício quanto a imóvel de seu vizinho Marcos;
- (E) a CDE Ltda., pessoa jurídica estabelecida no Município de Duque de Caxias (RJ), poderá fazer jus ao crédito de incentivo quando tomar serviços de prestadores de serviços situados no Município do Rio de Janeiro.

**74**

Acerca das informações que devem estar contidas na NFS-e – NOTA CARIOCA quanto à identificação do tomador do serviço, à luz do Decreto nº 32.250/2010, obrigatoriamente deverá conter:

- (A) e-mail, quando o tomador do serviço for pessoa jurídica;
- (B) endereço, quando o tomador do serviço for pessoa jurídica;
- (C) e-mail, quando o tomador do serviço for pessoa natural;
- (D) endereço, quando o tomador do serviço for pessoa natural;
- (E) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), quando o tomador do serviço for pessoa natural.

**75**

Na impossibilidade de conexão imediata com o sistema para emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA, o prestador de serviços deverá emitir Recibo Provisório de Serviços (RPS), cujas informações serão posteriormente transmitidas ao sistema para conversão em NFS-e – NOTA CARIOCA.

Acerca do RPS e à luz do Decreto nº 32.250/2010, é correto afirmar que:

- (A) o RPS terá formato determinado por ato do secretário municipal de Fazenda;
- (B) a conversão do RPS em NFS-e – NOTA CARIOCA deverá ser efetivada até o vigésimo dia seguinte ao da sua emissão, não podendo, entretanto, ultrapassar o dia 8 do mês seguinte ao mês de competência;
- (C) o RPS será confeccionado pelo prestador de serviços mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Fazenda;
- (D) o RPS será emitido em três vias de igual teor, sendo a primeira entregue ao tomador do serviço, a segunda mantida pelo prestador até a conversão em NFS-e – NOTA CARIOCA e a terceira enviada à Secretaria Municipal de Fazenda;
- (E) ato do secretário municipal de Fazenda poderá determinar ou autorizar a utilização, como RPS, de documentos com modelos admitidos anteriormente à obrigatoriedade da NFS-e – NOTA CARIOCA.

**76**

A lista abaixo apresenta pessoas naturais ou jurídicas a quem a emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA é atualmente vedada, sendo exceção a tal proibição:

- (A) os prestadores imunes ao ISS;
- (B) os profissionais autônomos;
- (C) os leiloeiros;
- (D) os prestadores dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais;
- (E) as corretoras de seguros, quanto aos serviços de corretagem prestados a seguradoras estabelecidas no Município.

77

A Resolução SMF nº 2.617/2010 veicula algumas exigências específicas para certos setores de prestação de serviços.

Acerca de tais exigências, à luz da Resolução SMF nº 2.617/2010, é correto afirmar que:

- (A) a concessionária e as permissionárias de serviços funerários no Município deverão incluir, no campo “discriminação dos serviços” da NFS-e – NOTA CARIOCA, a informação da *causa mortis* constante da certidão de óbito do falecido;
- (B) a NFS-e – NOTA CARIOCA emitida deverá ser impressa em via única e entregue ao tomador do serviço ou ser enviada a este por e-mail, a seu critério, na veiculação de publicidade na internet contratada por pessoas naturais;
- (C) será admitida a emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA pelo valor total cobrado do cliente, informando-se como dedução a parcela que não corresponder a serviços sujeitos à incidência de ISS, na prestação de serviços de hospedagem;
- (D) na prestação de serviços de construção civil, a NFS-e – NOTA CARIOCA deverá conter a indicação da matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI ou, não sendo tal matrícula obrigatória, do número do registro profissional do engenheiro ou arquiteto responsável pela obra;
- (E) será emitida uma NFS-e – NOTA CARIOCA para cada serviço prestado, de acordo com o código de serviço definido em ato do titular da Coordenadoria do ISS e Taxas, quando se tratar da prestação de serviços de disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem ou texto por meio da internet, para pessoas naturais.

78

Acerca da sistemática da emissão de Recibo Provisório de Serviços (RPS) prevista na Resolução SMF nº 2.617/2010, analise as afirmativas a seguir.

- I. A data de emissão do RPS será a da efetiva prestação do serviço ou do recebimento por adiantamento, sinal ou pagamento antecipados, inclusive em bens ou direitos.
- II. Os RPS cancelados deverão ser guardados por três anos contados da data de sua emissão.
- III. Será admitida a emissão de RPS quando se tratar de utilização de nota fiscal estadual como RPS, referente aos serviços sujeitos ao ISS nela incluídos, desde que contenha as informações necessárias à conversão em NFS-e – NOTA CARIOCA, mantendo-se, para o RPS, a numeração da nota estadual.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

79

A NFS-e – NOTA CARIOCA já emitida pode ser objeto de cancelamento, substituição, consulta e reimpressão.

Acerca desses temas, à luz da Resolução SMF nº 2.617/2010, é correto afirmar que:

- (A) o cancelamento da NFS-e – NOTA CARIOCA poderá ser solicitado pelo emitente apenas mediante o e-mail institucional da Coordenadoria do ISS e Taxas;
- (B) a NFS-e – NOTA CARIOCA poderá ser consultada e impressa a qualquer tempo, observado o prazo máximo de três anos contados da data da emissão;
- (C) transcorrido o prazo máximo para consulta por meio eletrônico, a consulta às NFS-e – NOTAS CARIOCAS somente poderá ser realizada mediante solicitação de cópias impressas ao órgão responsável pela administração do ISS;
- (D) ato do coordenador da Coordenadoria do ISS e Taxas disporá sobre as condições em que a solicitação de cancelamento de NFS-e – NOTA CARIOCA poderá ser atendida automaticamente;
- (E) ato do secretário municipal de Fazenda disporá sobre as condições em que a solicitação de substituição de NFS-e – NOTA CARIOCA poderá ser submetida à prévia análise da autoridade fiscal competente, que decidirá pelo deferimento ou pelo indeferimento da solicitação.

80

Acerca do cálculo e pagamento do ISS por meio do sistema NFS-e – NOTA CARIOCA, à luz da Resolução SMF nº 2.617/2010, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) Os optantes pelo regime do Simples Nacional não calcularão o valor do ISS a ser pago relativo a cada período pelo somatório dos valores do imposto referentes a cada NFS-e – NOTA CARIOCA emitida nesse período.
- ( ) Ato do titular da Coordenadoria do ISS e Taxas definirá o limite, os critérios e a forma para a utilização de indébitos fiscais para fins de amortização de débitos futuros no sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA.
- ( ) Na hipótese de retenção do ISS na fonte por órgãos da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Município, deverá ser utilizado o Documento de Arrecadação de Receitas Municipais (DARM) emitido através do sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, V, F;
- (C) V, F, V;
- (D) F, V, V;
- (E) F, F, F.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

